

CADERNOS
DE DEBATES DO
OBSERVATÓRIO
NACIONAL DA
ECONOMIA
SOLIDÁRIA E DO
COOPERATIVISMO

Nº 1 - MARÇO DE 2016

INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

CADERNO DE DEBATES DO
OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
E DO COOPERATIVISMO

NÚMERO 1

SÃO PAULO, 2015

DIEESE

Presidenta da República

Dilma Vanna Rouseff

Ministro do Trabalho e Previdência Social

Miguel Soldatelli Rossetto

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Márcio Alves Borges (substituto)

Secretário Nacional de Economia Solidária

Paul Israel Singer

Diretor de Estudos e Divulgação

Valmor Schiochet

Secretário de Relações do Trabalho

Manoel Messias Nascimento Melo

Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS)

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE

Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede

3º Andar-Sala 300

Telefone: (61) 2031-6264

Fax: (61) 2031-8216

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede

3º Andar - Sala 331

Telefone: (61) 2031-6533/6534

Secretaria de Relações do Trabalho - SRT

Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede -

4º Andar - Sala 449

Telefone: (61) 2031-6651/6068

CEP: 70059-900

Brasília – DF

Equipe Técnica Onesc (SENAES)

Diogo de Carvalho Antunes Silva, Valmor Schiochet

Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

CADERNO DE DEBATES DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO

Nº 1

MARÇO DE 2016

DIIESE

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Escritório Nacional: rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo - CEP 01209-001

Tel.: 11 3874-5366 - 3821-2199

www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) - SP

Vice-presidente: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Equipe responsável

Angela Schwengber, Fernando Adura, Flávia Santana Rodrigues, Laender Batista, Marcelo Pires Guedes, Marcos Aurélio Souza, Rodrigo Fernandes Silva, Patricia Laczynski, Pedro Bezerra dos Santos, Iara Heger (revisão), Vilma Silva Batista (apoio)

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica

Impressão

Rettec Artes Gráficas e Editora

Tiragem

3.000 exemplares

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

D419

Informalidade na economia solidária / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo: DIEESE, 2015. (Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia e do Cooperativismo, 1)

Bibliografia.
ISBN 978-85-87326-782

1. Economia Solidária. 2. Informalidade. 3. Diálogo Social.
I. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. II. MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social). III. Título.

CDU 330.873

SUMÁRIO

- 7** SUMÁRIO EXECUTIVO
- 11** APRESENTAÇÃO
- 15** INTRODUÇÃO
- 19** NOTAS METODOLÓGICAS
- 27** 1ª PARTE - O QUADRO GERAL DA INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
- 35** 2ª PARTE - ATIVIDADE ECONÔMICA E A INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
- 45** 3ª PARTE - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, GESTÃO E INFRAFRACSTRUTURA
- 49** 4ª PARTE - OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS FORMAIS SEGUNDO VÍNCULOS DE TRABALHADORES E MASSA DE REMUNERAÇÃO
- 55** CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 61** ANEXOS
- 69** BIBLIOGRAFIA

O Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) mapeou 19.708 estabelecimentos de economia solidária (EES) entre os anos 2009 e 2013 em todo o Brasil. Nesses empreendimentos, 1,4 milhões de sócios se dedicavam a realizar atividades de troca, produção, comercialização, consumo, prestação de serviços e serviços financeiros. Do total de EES mapeados, mais da metade (50,4%) eram informais.

Do total de sócios na economia solidária, mais de 70,0% (1.023.988) se encontravam em empreendimentos formais. Os números indicam que esse resultado tem relação com a presença predominante desses sócios em empreendimentos que declararam que seus trabalhadores são ou eram agricultores familiares. Dos 1,023 milhão de sócios em Empreendimentos em Economia Solidária (EES) formais, 70,4% (720.829) estavam nessa condição. Reforça essa hipótese o fato de que 55,3% dos empreendimentos disseram que seus sócios eram ou foram agricultores familiares. A maior formalização em empreendimentos que declararam que seus sócios são ou foram da agricultura familiar pode estar relacionada a um contexto em que o governo federal ampliou, de forma significativa, programas de financiamento para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agri-

1.0 Relatório com os resultados e a análise da temática estudada no ano é um dos produtos previstos no Convênio DIEESE e MTPS/SPPE/Codefat nº 003/2014, na Meta 7 – com o objetivo de *Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.*

cultura Familiar, ou de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação, tendo um impacto positivo sobre a formalização desses empreendimentos.

Do total de EES informais no Brasil, 33,8% encontravam-se na região Nordeste. A região Sudeste foi o segundo recorte geográfico brasileiro com maior número de empreendimentos informais, respondendo por 20,9% do total. A seguir, com 19,4%, vinha a região Sul. As três regiões somavam, no período do mapeamento, 74,1% dos EES informais brasileiros. Apenas nas regiões Nordeste e Centro Oeste o percentual de formais foi superior ao de informais, de 47,9% contra 33,8% e 10,9% contra 9,6%, respectivamente.

Mais da metade dos empreendimentos informais (53,1%) surgiram entre 2004 e 2013, ao passo que, nesse mesmo período, a proporção de empreendimentos formais novos correspondeu a 30,5%, contra o percentual de 51,5% relativo aos empreendimentos criados no período 1994 a 2003. Os resultados do estudo, a partir dos quais se evidencia maior geração de empreendimentos formais nos anos 1990, enquanto os informais surgiram mais destacadamente nos anos 2000, indicam uma tendência contracíclica dos empreendimentos formais, que diminuem em número de novos EES em período de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, os empreendimentos informais apresentam uma tendência pró-cíclica, aumentando o número de novos empreendimentos em períodos de crise ou de melhora da economia.

A informalidade na economia solidária é um fenômeno presente em todas as formas de organização dos empreendimentos, sejam associativos (30,0%), cooperativos (26,1%) ou sociedades mercantis (37,8%) e é encontrada em maior número nos territórios urbanos.

Embora presente em todas as atividades, a informalidade na economia solidária aparece de forma marcante entre os empreendimentos em atividades de *Produção ou produção e comercialização*, com 56,0% dos empreendimentos operando na condição de informais. Por outro lado, os empreendimentos em atividades de *Consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios* apresentavam uma taxa de formalização da ordem de 62,6%, ao passo que os EES em atividades de *Poupança, crédito ou finanças solidárias* esse percentual era de 65,2%.

Uma das características dos empreendimentos informais é a de apresentar menor composição quanto ao número de sócios. Mais da metade deles (56,4%)

são empreendimentos com até 19 sócios, enquanto entre os empreendimentos formais, 49,4% possuíam 40 ou mais trabalhadores compondo seu quadro de sócios.

De modo geral, os empreendimentos formais investem mais que os informais (52,7% contra 43,7%). No entanto, essa diferença se torna marcante quando analisada segundo atividade econômica principal do empreendimento. Na atividade de *Poupança, crédito ou finanças solidárias*, os empreendimentos formais com algum tipo de investimento eram 81,8% do total da atividade. Entre os empreendimentos formais em atividades de *Consumo, uso coletivo de bens pelos sócios*, a proporção chegava a 65,4%. Portanto, de modo geral, a formalidade do empreendimento também permitia melhores condições para a realização de investimentos.

Do ponto de vista da participação política, maior formalização também resultava em mais intensa participação em espaços coletivos de decisão, tais como fóruns ou redes de representação ou de articulação entre empreendimentos de economia solidária. Do total de empreendimentos com esse tipo de participação, 52,3% eram formais. No caso dos empreendimentos de *Poupança, crédito ou finanças solidárias* esse percentual alcançava 66,3%.

Foi realizado um exercício com empreendimentos da economia solidária que constavam da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Os resultados mostraram que do total de empreendimentos econômicos solidários encontrados na Rais, 739 apresentavam vínculos de trabalhadores em 31/12, ao passo que 5.298 não registraram esse tipo de vínculo ao longo de todo o ano base. Destaque-se que aproximadamente metade (46,5%) dos empreendimentos que declararam vínculos se localizava na região sul. Desses, aproximadamente 1/5 apenas no estado do Rio Grande do Sul. Se somada à região Sudeste (18,7%), o total de empreendimentos formais com vínculos de trabalhadores nas regiões Sul e Sudeste representavam 65,2% desses empreendimentos em todo país.

Esse dado de distribuição se torna ainda mais interessante tendo em vista que os empreendimentos que não movimentaram vínculo no ano base de 2013, na Rais, se concentravam no Nordeste, região que somava 57,2% desses empreendimentos.

Por fim, os empreendimentos que apresentaram vínculos de trabalhadores (um total de 8.926 vínculos) na Rais registraram uma massa de rendimento

real da ordem de R\$ 17,7 milhões e uma remuneração média real de R\$ 1.991,30. Essa remuneração média real era 18,2% inferior àquela registrada no mercado de trabalho formal total do Brasil.

Este estudo, intitulado *Informalidade na Economia Solidária*, constitui-se em produto elaborado no âmbito da parceria entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS / Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para *Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda*, Convênio MTPS/SPPE/Codefat nº 003/2014 – DIEESE - Siconv nº 811485/2014 – Meta nº 7.

O objetivo do estudo é elaborar um diagnóstico da informalidade na economia solidária tendo como referência analítica a unidade produtiva e não os vínculos de sócios ou de eventuais trabalhadores nesses empreendimentos. Esta análise também tem o propósito de fornecer subsídios para a tomada de decisão dos atores sociais e dos gestores públicos a respeito do setor, ou setores, da economia solidária tendo como perspectiva o desdobramento dos resultados no Diálogo Social, entendido como o espaço institucionalizado para buscar posições convergentes sobre determinado tema de interesse comum a atores sociais distintos.

Nesse sentido, o presente trabalho contribui para promover a reflexão e desenvolvimento analítico sobre a economia solidária, a fim de possibilitar a

constituição do espaço do diálogo social com o objetivo de pactuar ações públicas necessárias para a superação dos problemas ou desafios relacionados ao fortalecimento e desenvolvimento da economia solidária e do cooperativismo no país.

Para a consecução desse trabalho, em primeiro lugar foi necessário buscar uma referência conceitual para a delimitação do fenômeno da informalidade que servisse de base para a classificação das organizações que atuam no campo da economia solidária.

Em 2012, o Ministério da Justiça brasileiro, em sua série de publicações intitulada “Pensando o Direito”, dedicou um caderno para aprofundar o conhecimento sobre os empreendimentos da economia solidária a fim de contribuir com a discussão sobre um regime jurídico próprio para esses empreendimentos. Esse trabalho, que se desenvolveu através de uma análise do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, feito em duas tomadas distintas em 2005 e 2007, e dos resultados de uma pesquisa de campo qualitativa com 21 empreendimentos da economia solidária, foi realizado em parceria com o Núcleo de Economia Solidária da USP (Nesol/USP) e com a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (Incubes/UFPB). O estudo considera informais todos aqueles empreendimentos que responderam ser “Grupo Informal”, categoria da variável forma de organização, selecionada a partir do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), base de dados da economia solidária.

Embora nesse estudo do Ministério da Justiça já se buscasse uma aproximação da informalidade pela via da condição legal do empreendimento – o que definiria a sua relação com entes governamentais e privados – foi preciso aprofundar-se, ainda mais, na compreensão do fenômeno da informalidade em unidades econômicas tendo por base aquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem acumulado em torno desse tema, e que possa orientar instituições estatísticas nacionais oficiais a produzirem dados com a finalidade de incorporar com mais precisão as informações da informalidade em suas respectivas contas nacionais.

O detalhamento desse processo de pesquisa bibliográfica, e de reflexão sobre o conceito da informalidade e sua aplicação na economia solidária, está descrito nas notas metodológicas do estudo. Nelas também, conforme recomendação da OIT, está apontada a opção pela unidade econômica onde os bens e serviços são produzidos, como unidade de investigação e análise para o desenvolvi-

mento de estudo tratando da economia informal. Além disso, apresentam-se as razões pelas quais foi feita a opção por utilizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica como critério de determinação da condição de formalidade do empreendimento e as razões da opção por não utilizar a categoria “Grupo Informal”, contida na variável de forma de organização na própria base.

Como mencionado, os dados utilizados para a produção deste estudo constavam da base do Sies, que é o resultado do segundo mapeamento da economia solidária, levado a campo em uma parceria entre a Senaes e várias universidades e organizações da sociedade civil, em tomadas irregulares entre os anos de 2009 e 2013. Assim, as notas metodológicas também indicam possibilidades e limitações no uso dessa base para a produção do estudo.

Mais do que esgotar o tema analisado, este relatório pretende ser subsídio para as discussões fundadas na metodologia do diálogo social, contribuindo com a construção de indicadores sobre a informalidade na economia solidária, objeto de estudo do primeiro ano de desenvolvimento deste projeto. Estes indicadores foram desenvolvidos para enriquecer a visão dos atores sociais e agentes públicos sobre o fenômeno.

O estudo está dividido em cinco seções, além dessa apresentação, da introdução e das notas metodológicas. A primeira parte do estudo traça um quadro geral da informalidade na economia solidária; a segunda aprofunda a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, a partir da principal atividade econômica por eles desenvolvida; a terceira procura evidenciar as condições de operação dos empreendimentos econômicos solidários considerando sua condição de formalização, participação política, práticas de gestão e, de maneira complementar, sua infraestrutura; a quarta parte traz os resultados do exercício de cruzamento da base de dados da Rais com o Sies tendo como chave primária o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) desses empreendimentos; e, por fim, a conclusão, que procura sistematizar o conjunto de informações apresentado ao longo do estudo e apontar para questões que merecem ser aprofundadas em um processo de discussão mais amplo, envolvendo todos aqueles que lidam com a formulação ou acompanhamento de políticas públicas para promover a formalização da economia solidária.

Embora as formas de organização cooperativas tenham surgido e se desenvolvido ao longo do século XIX, em uma fase que compreendia uma intensa luta contra as formas de precarização da vida e do trabalho no capitalismo liberal (Singer, 2002), no Brasil, a Economia Solidária, envolvendo um conjunto de empreendimentos organizados de forma associativa e cooperativa por iniciativa dos trabalhadores, passa a ganhar força e a aparecer como tal no final do século XX, diante da crise do modo de produção fordista, da reestruturação produtiva das empresas capitalistas e da perda de protagonismo do Estado na organização da sociedade, que resulta em um novo momento de precarização da vida e do trabalho. De acordo com Páteo:

Nos últimos 30 anos, mais acentuadamente, vem ocorrendo na América Latina uma multiplicação de organizações econômicas cuja característica fundamental é a livre associação de trabalhadores que se organizam de forma horizontal, organizações essas que ficaram conhecidas no Brasil pela denominação de ‘empreendimentos econômicos solidários’ (EES). (PATEO, 2012, p. 15)

Ao longo desses anos, as organizações e instituições ligadas à economia solidária participaram intensamente das lutas da sociedade civil, dando sua con-

tribuição para a democratização do país, além de criar formas inovadoras relativas à busca de alternativas ao modelo econômico, de inserção laboral e de geração de renda vigentes. De acordo com a Senaes,

(...) a construção das práticas de ES no Brasil foi edificada em um campo de articulação social e política, no qual a mobilização social em torno da construção desta nova economia reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, Organizações Não Governamentais (ONGs), acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. (BRASIL, 2012, p.13)

O processo de fortalecimento da Economia Solidária no Brasil pode ser vislumbrado tanto pelo surgimento, no país, de instituições de representação dos empreendimentos de economia solidária, por exemplo, com a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003. Posteriormente, a consolidação da economia solidária em nível nacional apresentou uma nova etapa a partir da articulação, em 2014, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) que reúne três centrais de representação da economia solidária (Unisol Brasil, Unicafe e Concrab). Por outro lado, a própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em 2003, veio indicar que a Economia Solidária passava a fazer parte da agenda das políticas públicas brasileiras em nível nacional.

Nesse contexto, pode-se dizer que a Economia Solidária é também parte da forma como o desenvolvimento socioeconômico brasileiro ocorreu, dando origem, entre outros aspectos, a uma estrutura produtiva, e também ocupacional, bastante heterogênea. Uma das marcas predominantes dessa heterogeneidade é observada por meio de presença de número elevado de unidades produtivas e de trabalhadores atuando na economia informal.

Desse modo, é preciso destacar o que se entende por Economia Informal e, *a posteriori*, o que se está caracterizando como informalidade na Economia Solidária. O termo “economia informal”, caracterizando atividades econômicas que ocorrem fora do espaço padrão de corporações e empresas privadas ou entidades do setor público, foi utilizado pela primeira vez por Keith Hart, em 1970, em sua pesquisa sobre atividades informais urbanas em Ghana (SOUZA, 1982). Em seguida, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um importante relatório, publicado em 1972¹, utilizando a dualidade

1. O relatório da OIT é *Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*.

formal/informal, passando a influenciar as pesquisas de estudiosos durante os anos seguintes (HART, 2000).

Em 1993, a OIT realizou a 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho com o objetivo de instar os países com presença relevante do setor informal na geração de empregos e de rendimentos a

(...) desenvolver um sistema abrangente de estatísticas de emprego no sector informal, de modo a fornecer uma base estatística adequada aos vários utilizadores, tendo em conta as necessidades e as circunstâncias nacionais específicas. O sistema a desenvolver deve contribuir para a melhoria das estatísticas do trabalho e das Contas Nacionais, na qualidade de base de informações para a análise macroeconômica, para o planejamento, a formulação e a avaliação de políticas, assim como para a integração do setor informal no processo de desenvolvimento e para a sua institucionalização. (OIT, 2006, p. 23-24)

Com base nas recomendações dessa conferência, em 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa sobre a Economia Informal Urbana – Ecinf² 2003. De acordo com o IBGE, e seguindo as orientações da OIT, a delimitação do setor informal nessa pesquisa baseou-se na investigação das unidades econômicas, isto é, nas unidades de produção, e não nos trabalhadores ou nas ocupações por eles assumidas.

De fato, para a OIT, o setor informal da economia é definido pela reunião de unidades produtivas dedicadas à produção de bens e serviços com o objetivo de gerar emprego e renda para as pessoas nelas ocupadas. Algumas das características que marcam essas unidades de produção são: possuir, no geral, o perfil de empresas individuais ou familiares; ter baixa escala na utilização de fatores de produção; ter diferenças significativas de produtividade, rendimento e acesso a crédito, entre outras.

Posteriormente, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, de 2002, embora ainda apoiada em uma definição de informalidade que considera sobremaneira a forma de organização da unidade produtiva, cujas particularidades e problemas tendem a variar a depender do espaço territorial ocupado, se urbano ou rural, local etc., a OIT passou a recomendar não mais a utilização do termo “Setor Informal”, sugerindo em seu lugar a expressão “Economia Informal”. De acordo com a OIT:

2. A Ecinf é uma pesquisa domiciliar, realizada em todas as unidades da federação e nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia por meio de amostra probabilística. Para o dimensionamento da amostra, foram selecionados, a princípio, 16 domicílios por setor censitário, valor mantido constante em todas as áreas pesquisadas. O dimensionamento da amostra da Ecinf 2003 foi estabelecido com base nos resultados do Censo Demográfico 2000.

(...)os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só setor de atividade econômica, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre atividades formais e atividades informais. A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. (OIT, 2006, p. 6-7)

Para a OIT, portanto, a definição de economia informal abarca atividades econômicas desenvolvidas seja por trabalhadores, seja por unidades econômicas e que, do ponto de vista legal ou da prática, não são abrangidas por “disposições formais”. Logo, essas unidades operam em situações de invisibilidade que limitam o acompanhamento de instituições públicas para ações de apoio, fomento, crédito e de fiscalização tributária. Com isto, as possibilidades de evoluírem para condições econômicas e de atividade menos precárias ficam bastante reduzidas. Do mesmo modo, embora a produção nessas unidades econômicas não seja considerada ilegal, os bens e serviços por elas produzidos não são acompanhados ou regulados por instituições responsáveis por esses procedimentos.

A definição de informalidade de unidades econômicas adotada no presente estudo, como será explicitada nas notas metodológicas, será aquela indicada pela OIT, na qual o registro legal caracterizará a condição de formalidade do empreendimento. O detalhamento das razões que levaram a adotar tal escopo conceitual é parte relevante do trabalho de análise da informalidade na economia solidária, posto que a compreensão sobre o fenômeno da economia informal não é homogênea e ainda está em debate. Assim, nesse estudo, os empreendimentos da economia solidária são analisados como unidades econômicas, como recomendado pela OIT. No caso dos empreendimentos informais, essa categoria é dada pela ausência de CNPJ no Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies).

O estudo *Informalidade na Economia Solidária* toma como base para delimitar a economia informal as recomendações da OIT³, que propõem a unidade econômica onde os bens e serviços são produzidos e ofertados como *locus* analítico. Logo, o ponto de partida é a condição de formalização, se formais ou informais, do Empreendimento Econômico Solidário (EES) e não a condição de vinculação individual dos sócios ou de eventuais trabalhadores ao tipo de estabelecimento.

Além de recomendar a unidade produtiva como o referencial a partir do qual se deve buscar entender a economia informal, a OIT também destaca as características presentes nessas unidades. Algumas delas já enumeradas, como uma utilização limitada dos fatores de produção e a baixa produtividade. Outras que também se destacam dizem respeito à posse de ativos (imobilizados ou outros tipos de ativos) que, no geral, não pertencem à unidade produtiva, mas aos indivíduos proprietários. É comum a utilização de bens e equipamentos na produção que também são do uso cotidiano da família. São unidades que não transacionam entre si e não possuem condições de produzir ou se submeter a contratos em seu próprio nome. Os proprietários devem se responsabilizar pessoalmente pelo financiamento da atividade e não há, na maior parte das vezes, condições de se distinguir as despesas de produção das despesas familiares.

Considerando os aspectos adotados pela OIT para conceituar uma unidade de produção informal, deve-se procurar indicar como essa caracterização pode ser aplicada às formas de organização da Economia Solidária, isto é, aos Empreendimentos Econômicos Solidários. De fato, na 104ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, na qual foram feitas recomendações para a transição da economia informal para a economia formal, a OIT propõe que os membros de cooperativas e as unidades da economia social e urbana sejam compreendidos como unidade de análise nas pesquisas e estudos sobre a informalidade.

Assim, é importante conhecer como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes-MTPS) - órgão do governo federal criado em 2003, ligado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, que tem, entre suas atribuições, subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito desse ministério - define a economia solidária e os empreendimentos que a compõem. De acordo com a Senaes, a economia solidária se caracteriza pelo conjunto de atividades econômicas – produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. A Economia Solidária possui as seguintes características:

a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de meios de produção, partilha dos resultados e responsabilidade solidária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas associativas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores/as); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas etc.); clubes de trocas etc.

b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Em um projeto autogestionário, apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem e nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Todo conhecimento produzido por assistentes técnicos ou por trabalhadores/as deve ser disponibilizado para todos.

c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção,

beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; na relação de compromisso com as gerações futuras no que se refere às possibilidades de existência digna das mesmas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores/as e consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores/as.

Ainda de acordo com a Senaes, os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas, supra-familiares, cujos participantes ou sócios/as são trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades assim como a distribuição dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal.

Portanto, para o empreendimento ser considerado de economia solidária, entre outros critérios, não é necessário o registro legal. O guia para preenchimento do formulário de empreendimentos econômicos solidários utilizado para orientar os entrevistadores em seu trabalho de campo durante o segundo mapeamento da economia solidária, em sua questão número 11, na qual é requerido que se informe o número do CNPJ do empreendimento, traz a seguinte orientação para o entrevistador: “*Preenchimento obrigatório apenas para EES com registro legal ou formal. Se houver algum receio do entrevistado em fornecer essa informação, o entrevistador deverá, mais uma vez, reafirmar as intenções da pesquisa e o compromisso em manter o sigilo*” (BRASIL, 2009/2010, p.9). Posteriormente, o manual faz a seguinte recomendação ao tratar especificamente de grupos informais: “Assinalar esta alternativa para o caso de coletivos e/ou grupos que atuam de acordo com as características dos EES para o Sies, mas que *não possuem registro legal*. Atenção para os casos

em que os(as) sócios(as) identificam seu empreendimento como associação ou cooperativa, mas sem registro legal⁴". Essa orientação deriva do fato de que haveria a possibilidade de o empreendimento se declarar associação ou cooperativa pela sua prática, devendo, contudo, ser categorizado como grupo informal devido a ausência de CNPJ.

Para a OIT, a inexistência de registro legal para classificar uma unidade produtiva como informal foi um debate posto na 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho⁵. Não houve consenso na classificação das unidades nesses termos posto que, para uma parcela dos participantes, a condição de informalidade atrelada unicamente à ausência de registro legal poderia gerar dificuldades de comparabilidade estatística da economia informal, por exemplo, devido a limitações ao exercício de comparações históricas entre países, entre as diferentes áreas dentro de um país e no tempo, ou mesmo dificuldades dos órgãos públicos em prover registros para produção de estatísticas. Portanto, fazia-se necessário elaborar definições conceituais mais amplas sobre a informalidade para além do registro legal.

Na produção da Pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), o IBGE fez a opção por adotar o critério da prática no exercício da atividade da unidade econômica, desconsiderando as relações estabelecidas com autoridades públicas ou entidades privadas. Para operacionalizar essa definição, o IBGE considerou pertencente ao setor informal todas as unidades econômicas não-agrícolas, propriedade de conta-própria ou de empregadores, em atividade com até cinco empregados. Para a montagem da amostra, os setores urbanos foram delineados como unidade primária da pesquisa, ao passo que os domicílios com moradores ocupados como conta-própria ou como empregadores em atividades não agrícolas com até cinco empregados se constituíram na unidade de investigação secundária.

Para o contexto da economia solidária, uma construção metodológica em que as unidades analisadas estivessem localizadas apenas no espaço urbano provocaria alguns limites, posto que mais da metade dos empreendimentos econômicos solidários são declarados como de agricultura familiar e, destes, mais de 80,0% estão em áreas rurais.

O registro legal é uma importante fonte de informação para identificar a condição de formalidade entre empreendimentos da economia solidária. Se a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) for tomada como

4. Ver nota 3.

5. La medición de la informalidad: manual estadístico sobre el sector informal y el empleo informal (OIT, 1993).

a forma de registro legal pela qual unidades produtivas passam a ter um identificador que favoreça sua relação, segundo uma forma jurídica adequada, com entes públicos e privados, sua ausência, portanto, pode constituir-se em um indicador de informalidade. A aderência deste indicador à condição de informalidade pode ser verificada, por exemplo, através dos empreendimentos classificados na base Sies como “Grupos Informais”, entre os quais a quase totalidade (97,9%) não declarou número de CNPJ. Por outro lado, número significativo de empreendimentos categorizados como associações e cooperativas também não declararam ou não apresentaram CNPJ⁶. Desse modo, a utilização apenas da categoria “Grupos Informais” para se estudar a informalidade na Economia Solidária poderia levar a uma subestimação dos números da informalidade, quando adotamos o critério de registro legal.

Portanto, nesse estudo, os empreendimentos econômicos solidários são classificados como formais ou informais de acordo com sua declaração do CNPJ. A informalidade da unidade de produção na economia solidária, desse modo, fica associada a uma condição de desenvolvimento de atividades econômicas fora da esfera de ação dos órgãos de fiscalização, sendo estabelecimentos que não estão sujeitos à declaração de informações tais como registro da atividade econômica, nome da entidade, endereço, data de abertura, natureza jurídica, verificação da situação cadastral na Receita Federal, entre outros dados importantes de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Essa escolha metodológica de identificação da informalidade a partir da presença ou ausência do CNPJ, no caso da economia solidária, também possui limites e é importante destacá-los. Embora o formulário do segundo mapeamento requeresse o número do CNPJ na questão número 11 e orientasse o entrevistador a marcar como grupo informal o EES sem registro legal, não havia uma questão específica sobre se o empreendimento possuía ou não esse documento. Assim, na base do Sies, o estudo considera que o campo da variável de CNPJ não preenchido, portanto, em branco, corresponde efetivamente a um empreendimento sem esse tipo de documento. A ausência de uma questão específica sobre a posse ou ausência de CNPJ traz outro problema e diz respeito a empreendimentos que declaram CNPJ de entidades de apoio ou de parceiros em convênios. Portanto, o número de informais na base pode estar subestimado.

De acordo com o mapeamento realizado pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, entre os anos de 2009 e 2013, foram con-

6. Embora o manual de preenchimento do questionário do segundo mapeamento seja categórico em requerer o número do CNPJ ao empreendimento entrevistado, essa não é uma variável de fluxo na qual o entrevistado é arguido se possui ou não essa documentação.

firmados na Base de Informações, nesse período, 19.708 empreendimentos econômicos solidários, nos quais trabalhavam 1.423.631 sócios. Do total de empreendimentos, mais da metade (50,4%) se encontrava na condição de informalidade, reunindo um total de 399.643 sócios.

O segundo mapeamento da economia solidária foi realizado em tomadas descontínuas entre os anos de 2009 e 2013. Assim, a análise produzida nesse estudo deve considerar que períodos extensos e descontínuos de coleta de dados podem afetar comparações entre os empreendimentos. A análise de consistência dos dados, realizada pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos) também considerou a variável de faturamento problemática, devido a apresentação de inconsistências. Essa constatação leva à opção de não analisar as remunerações obtidas nos empreendimentos.

Outra informação importante sobre o Sies se refere à redução no número de coleta de pesquisa nos últimos anos do campo a partir de 2011 e pela não realização simultânea do mapeamento em algumas regiões do país. A redução do número de questionários aplicados pode gerar distorções em análises que envolvam séries temporais, como no caso da variável de período de criação do empreendimento. A não coleta simultânea traz limitações para comparações regionais ou entre estados.

No entanto, o Sies é, na atualidade, a principal base disponível para se traçar uma compreensão aprofundada sobre a economia solidária. Ademais, outras possibilidades se abrem com o cruzamento das informações dessa base com outras, por exemplo, com Relação Anual de Informações Sociais (Rais) tendo como identificador o CNPJ comum dos empreendimentos nas duas bases. Assim, o estudo pretende, ao analisar os empreendimentos formais na Rais, provocar questões para se buscar conhecer o conjunto da economia solidária.

No Sies foram identificados 9.775 empreendimentos com CNPJ (49,6%). Entre esses empreendimentos, 290 possuíam CNPJ repetido. Do total de empreendimentos com CNPJ, foram localizados 6.243⁷ na Rais.

Desse modo, ainda que esse cruzamento seja exploratório e demande mais aprofundamento, já é possível apontar alguns problemas nos resultados apresentados por essa operação e que devem ser um norteador para aperfeiçoar, no futuro, o preenchimento das informações sobre empreendimentos econômicos solidários na Rais, particularmente em relação à caracterização desses

7. O número menor de CNPJ encontrado na Rais em relação ao total no Sies pode estar relacionado a fatores como erros de preenchimento de registro. Também é possível que o ano base selecionado na Rais, 2013, para a busca de registros no SIES, cujo mapeamento se deu em diferentes anos (2009 a 2013) tenha excluído aqueles empreendimentos que responderam o mapeamento nos anos iniciais em que ele foi aplicado, mas que por alguma razão deixaram de declarar a Rais.

estabelecimentos segundo sua natureza jurídica. Embora haja um número relativamente pequeno, de pouco mais de meio por cento (46), há EES registrados como entidades do poder público, federal e estadual. Este resultado pode estar relacionado ao problema já mencionado de utilização de CNPJ de entidades de apoio ou parceiros em convênios, possibilidade reforçada pelo fato de 299 ou 3,0% dos empreendimentos da economia solidária apresentarem CNPJ repetido. Ademais, a presença de CNPJ de estabelecimentos de órgãos do poder público tem impacto na análise de vínculos, podendo impossibilitar esse trabalho, dado que respondem por mais da metade dos 47.242 vínculos em EES encontrados na Rais.

Desse modo, para fins dessa análise, foram selecionados apenas aqueles estabelecimentos na Rais cuja natureza jurídica remeta nitidamente a formas de organização da economia solidária, quais sejam: Cooperativas; Outras Organizações / Associação Privada; Organização religiosa⁸; Grupo sociedade; e Comunidade indígena. Essa seleção resultou na estruturação de uma base com 739 empreendimentos com estabelecimento que não foram declarantes da Rais Negativa, e 5.298 empreendimentos declarantes da Rais Negativa, ou seja, que registraram zero vínculo de emprego formal durante o ano base. Nos cálculos de massa de remuneração e de remuneração média, foram excluídos os empreendimentos que declararam remuneração igual a zero. Assim, o número de empreendimentos na análise soma 656 unidades.

Esse exercício mostra que o investimento em um trabalho de consistência da base relativamente às informações de CNPJ dos empreendimentos abre a possibilidade de se aprofundar o conhecimento sobre, em termos relativos, uma parte considerável da economia solidária, que possa revelar características das atividades econômicas dos empreendimentos, perfil da ocupação, detalhamento de informações de rendimento gerado por essas unidades econômicas.

Por fim, uma limitação metodológica para a qual é necessário estar atento no exercício de cruzamento dessas duas bases está relacionada ao período de coleta das informações do Sies, em tomadas descontínuas ao longo de alguns anos, e a data de referência das informações declaradas sobre os estabelecimentos e os vínculos na Rais, em 31/12 de cada ano base. Para o exercício realizado foi tomada a Rais com ano de referência de 2013.

8. A proporção de entidades religiosas envolvidas em atividades de economia solidária corresponde a 0,4%. É possível que parte, ou o todo dessas entidades, sirvam como apoio ao desenvolvimento de outros empreendimentos e que o CNPJ encontrado na base esteja sendo utilizado como empréstimo.

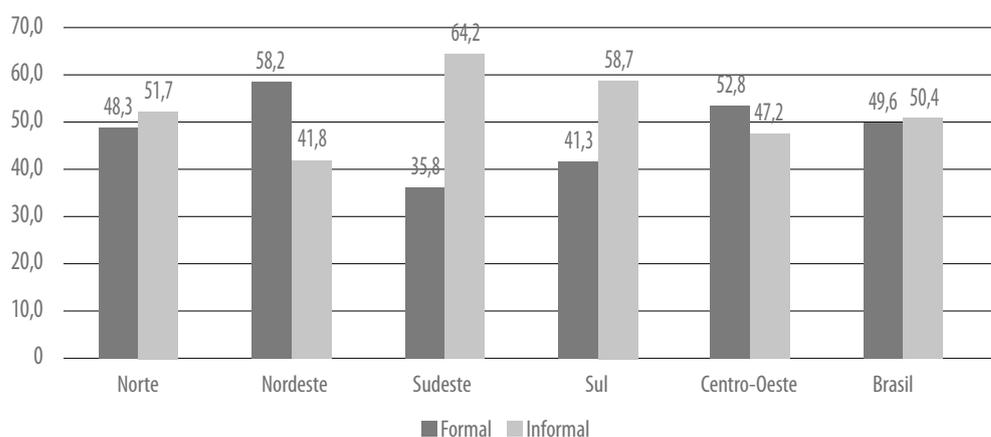
○ QUADRO GERAL DA INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) mapeou 19.708 estabelecimentos de economia solidária entre os anos de 2009 e 2013 em todo o Brasil (Anexo 1 - página 63). A proporção de empreendimentos que, nesse período, se encontrava na condição de informalidade (50,4%) era um pouco superior a daqueles na condição de formais. Essa proporção observada de informais para o Brasil foi menor do que aquela verificada para as regiões Sudeste (64,2%), Sul (58,7%) e Norte (51,7%). Apenas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste o percentual de empreendimentos formais foi superior à proporção de informais, chegando a 58,2% e 52,8%, respectivamente (Gráfico 1, página 28).

O maior número de empreendimentos da economia solidária, no mapeamento como um todo, estava no Nordeste. Do total (19.708), 40,8% se encontravam nessa região. A distribuição dos empreendimentos informais em território nacional também se dava de modo semelhante. Em primeiro lugar aparecia a região Nordeste, concentrando 33,8% dos empreendimentos. A região Sudeste foi o segundo recorte geográfico brasileiro com maior número de empreendimentos informais, respondendo por 20,9% do total. A seguir, com 19,4%, vinha a região Sul. As três regiões somavam, no período do mapeamento, 74,1% dos EES informais brasileiros (Gráfico 2, página 28).

GRÁFICO 1

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização, segundo Grandes Regiões
 Brasil e Grandes Regiões⁽¹⁾, 2009 a 2013 (em %)



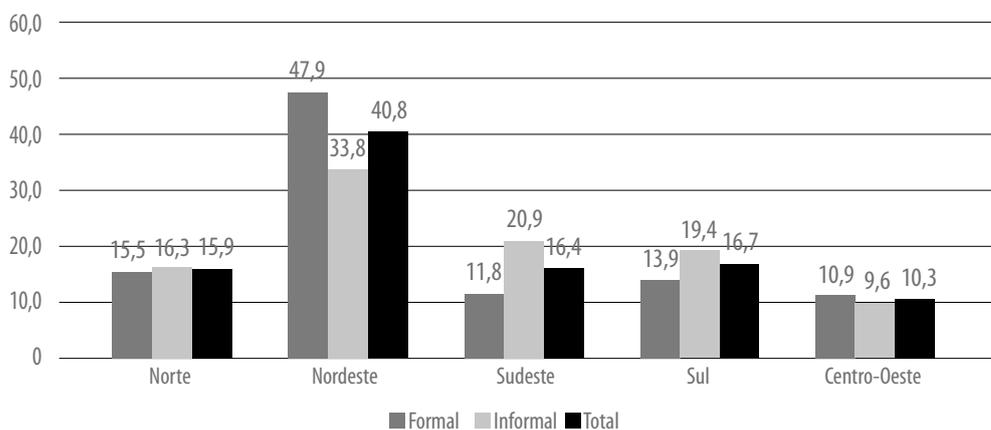
Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Devido à coleta não simultânea de dados no país, em que o trabalho de campo em algumas regiões pode ter sido finalizada com até quatro anos de diferença do término em outras, recomenda-se que, para efeito de comparação nacional, a análise dessa questão seja feita com cautela

GRÁFICO 2

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por Grandes Regiões, segundo condição de formalização
 Grandes Regiões⁽¹⁾, 2009 a 2013 (em %)



Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

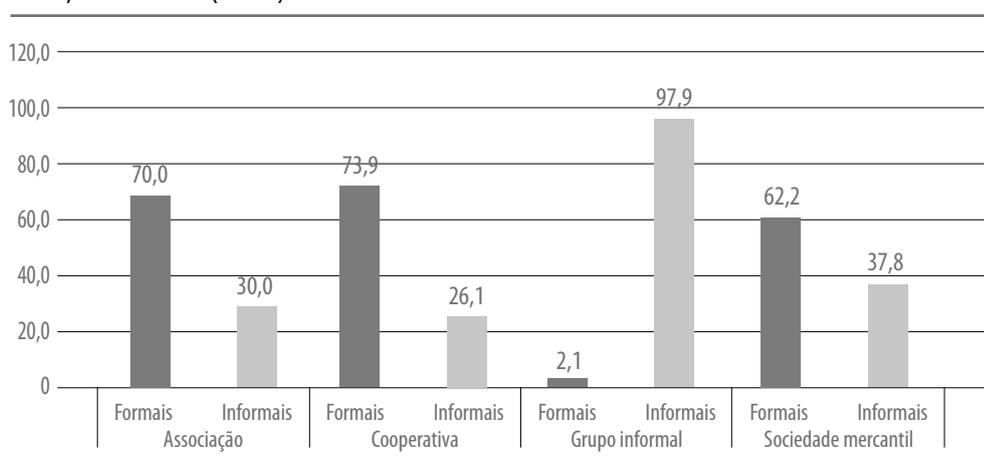
Nota: (1) Devido à coleta não simultânea de dados no país, em que o trabalho de campo em algumas regiões pode ter sido finalizada com até quatro anos de diferença do término em outras, recomenda-se que, para efeito de comparação nacional, a análise dessa questão seja feita com cautela

Na economia solidária, a informalidade não é um atributo apenas daqueles empreendimentos que declaram operar como grupos informais. De fato, a análise da condição de formalidade dos empreendimentos segundo sua categoria social mostra que o maior grupo de empreendimentos informais (vale lembrar, aqueles sem declaração do número de CNPJ) é exatamente o daque-

les que se declararam como Grupo Informal⁹ correspondendo a 97,9%. Por outro lado, o segundo mapeamento evidenciou que 30,0% dos empreendimentos que se declararam grupos associativos também não informaram registro no CNPJ, ao passo que mais de 1/4 (26,1%) dos empreendimentos organizados em forma cooperativa e 37,8% das sociedades mercantis também operavam sob essa condição (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização segundo forma de organização
Brasil, 2009 a 2013 (em %)



Fonte: MTPS/Senaes/Sies
Elaboração: DIEESE

Identificar quais as causas ou expectativas que levam grupos de trabalhadores a participarem ou fundarem empreendimentos de características econômicas solidárias tem sido um debate recorrente entre estudiosos e pesquisadores dessa forma de organização. De acordo com Singer (2002, p. 113), os empreendimentos solidários no Brasil resultam “(...) de falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios (...) e do desemprego em massa”. Portanto, as condições de desenvolvimento e crescimento da economia solidária no Brasil estariam vinculadas às próprias crises estruturais da economia de mercado capitalista e sua incapacidade de absorver determinados grupos sociais destituídos de recursos de produção, seja a terra para o pequeno agricultor, seja o trabalho para os empregados urbanos.

Diferentemente dos agricultores familiares, os trabalhadores urbanos, quando se propõem a organizar um empreendimento associativo, não possuem nenhum meio de produção anterior. Contam, apenas, com a sua força de trabalho. (CASTRO; KRAYCHETE, 2012, p. 18).

9. Para mais detalhes consultar notas metodológicas.

O mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990 se mostrou bastante desfavorável aos trabalhadores do país. Segundo o DIEESE, a última década do século XX se caracterizou

(...) pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca antes vistos no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho (autônomos que trabalham para o público, assalariamento sem carteira, emprego doméstico etc.). Ao mesmo tempo, a década de 1990 foi marcada pela introdução de uma série de mecanismos de flexibilização da relação trabalhista (contratos de prestação de serviços, contratos por tempo determinado etc.), pela flexibilização dos rendimentos, especialmente através de mecanismos de remuneração variável, e pela redução dos rendimentos do trabalho em termos reais. (DIEESE, 2012, p. 9).

Desse modo, o período de desestruturação do mercado de trabalho pode ter trazido impacto sobre a decisão de os indivíduos buscarem alternativa de ocupação no desenvolvimento de atividades relacionadas à economia solidária. Os dados do último mapeamento mostram que mais da metade dos empreendimentos foram criados tendo a alternativa ao desemprego como motivo fundante¹⁰, indiferentemente de tais empreendimentos serem formais ou informais (Anexo 2, página 64).

Todavia, embora o argumento segundo o qual o desemprego pode levar à criação de empreendimentos econômicos solidários tenha aderência aos dados, é preciso destacar nuances importantes. A primeira década dos anos 2000 apresentou números do mercado de trabalho opostos ao observado na década imediatamente anterior, com ampliação do emprego formal, redução das taxas de desemprego e aumento do salário mínimo, tendo como um dos elementos predominantes para esse desempenho o retorno do crescimento econômico do país. Contudo, a proporção de EES criado no período entre os anos de 2004 e 2013 (41,9% ou 8.276)¹¹ se manteve praticamente estável se comparada com a proporção observada nos 10 anos compreendidos entre 1994 e 2003 (44,0% ou 8.695).

Ao desagregar essa informação pela condição de formalização do empreendimento, nota-se que no caso dos empreendimentos informais, 53,1% surgiram entre 2004 e 2013, ao passo que, nesse mesmo período, a proporção de empreendimentos formais novos foi de 30,5%, contra o percentual de 51,5% relativo aos empreendimentos criados no período 1994 a 2003.

10. Essa questão permite respostas com múltipla escolha. De toda forma, além dessa primeira razão de criação do empreendimento que aparece como a mais selecionada, a seguir também aparecem motivações ligadas a interesses de ampliação da renda.

11. Dada a descontinuidade das tomadas do segundo mapeamento e a problemas relacionados à identificação de empreendimentos, é possível que o número de empreendimentos criados a partir de 2004 seja superior ao indicado. Nesse caso, a redução do número pode estar relacionada à própria redução de unidades mapeadas. Ver nota metodológica.

Embora se deva olhar com cautela os dados anuais acumulados no Sies em função de problemas nas coletas de informações de empreendimentos, sobretudo a partir de 2011¹², os indicadores de número de empreendimentos da economia solidária segundo período de nascimento mostram que desde 2005 a quantidade absoluta de empreendimentos formais novos passou a diminuir constantemente, ao passo que os empreendimentos informais surgidos na década dos anos 2000 continuaram crescendo até 2009 (Anexo 3, página 64).

Portanto, no período de retomada econômica do país, o que se observa em relação à economia solidária é que há uma tendência de diminuição na criação de empreendimentos formais ao mesmo tempo em que se eleva a geração de empreendimentos informais. Isso significa dizer que a estabilidade verificada na proporção de empreendimentos novos criados a partir de 2004 frente aos 10 anos anteriores (1994 a 2003) esteve fortemente vinculado ao crescimento da participação de empreendimentos informais (Tabela 1).

TABELA 1

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização segundo classes de período de criação
Brasil, períodos selecionados (em %)

Classe de período	Formal		Informal		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1983	332	3,4	301	3,0	633	3,2
1984 a 1993	1.430	14,6	730	7,3	2.160	10,9
1994 a 2003	5.047	51,5	3.648	36,6	8.695	44,0
2004 a 2013	2.985	30,5	5.291	53,1	8.276	41,9
Total	9.794	100,0	9.970	100,0	19.764	100,0

FFonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

Embora o número de empreendimentos informais seja o que proporcionalmente mais cresceu e responda por mais da metade dos 19.708 empreendimentos da economia solidária mapeados entre 2009 e 2013, são os empreendimentos formais que apresentam o maior número de sócios. Dos 1.423.631 sócios em empreendimentos econômicos solidários, 71,1% (1.023.988) estão em empreendimentos formais.

A análise desses dados indica que o maior número de sócios em EES formais está ligado à categoria social a que pertence ou pertencia o sócio. Do total de sócios em empreendimentos formais (1.023.988) um percentual de 70,4% (720.829) estava ligado a empreendimentos que disseram que seus sócios pertenciam à categoria social de agricultores familiares (Tabela 2). Esse eleva-

12. Ver notas metodológicas.

do contingente de agricultores familiares formalizados pode estar vinculado às políticas públicas de crédito, fomento e compras públicas voltadas para os trabalhadores desse segmento.

TABELA 2

Número de sócios em empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização do empreendimento segundo categoria social

Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013

Categoria social	Formais		Informais		Total	
Agricultores familiares	720.829	70,4	226.242	56,6	947.071	66,5
Artesãos	56.700	5,5	47.578	11,9	104.278	7,3
Artistas	8.155	0,8	3.940	1,0	12.095	0,8
Assentados da reforma agrária	43.708	4,3	23.131	5,8	66.839	4,7
Catadores de material reciclável	8.526	0,8	7.547	1,9	16.073	1,1
Garimpeiros ou mineiros	5.418	0,5	393	0,1	5.811	0,4
Técnicos, profissionais de nível superior	22.980	2,2	4.553	1,1	27.533	1,9
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	49.990	4,9	36.983	9,3	86.973	6,1
Desempregados (desocupados)	30.967	3,0	14.930	3,7	45.897	3,2
Não se aplica ou não há predominância	76.715	7,5	34.346	8,6	111.061	7,8
Total	1.023.988	100,0	399.643	100,0	1.423.631	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

A distribuição dos empreendimentos segundo classes de número de sócios reforça a percepção de maior concentração de sócios em unidades formais. Os empreendimentos formalizados apresentam uma estruturação organizativa marcada pela absorção de um número maior de sócios quando comparados aos empreendimentos informais¹³. Ao mesmo tempo em que apenas 2,6% dos empreendimentos formais eram compostos por até seis sócios, em mais de 1/4 (25,7%) dos empreendimentos informais esta era a faixa de número de sócios. No outro extremo, a proporção de empreendimentos formais com 100 ou mais sócios era de 17,8%, ao passo que entre os estabelecimentos informais correspondia a 5,8%. Além disso, mais de 2/3 dos empreendimentos formais (73,5%) possuíam 40 ou mais sócios, enquanto entre os informais esse percentual correspondia 45,9% (Gráfico 4).

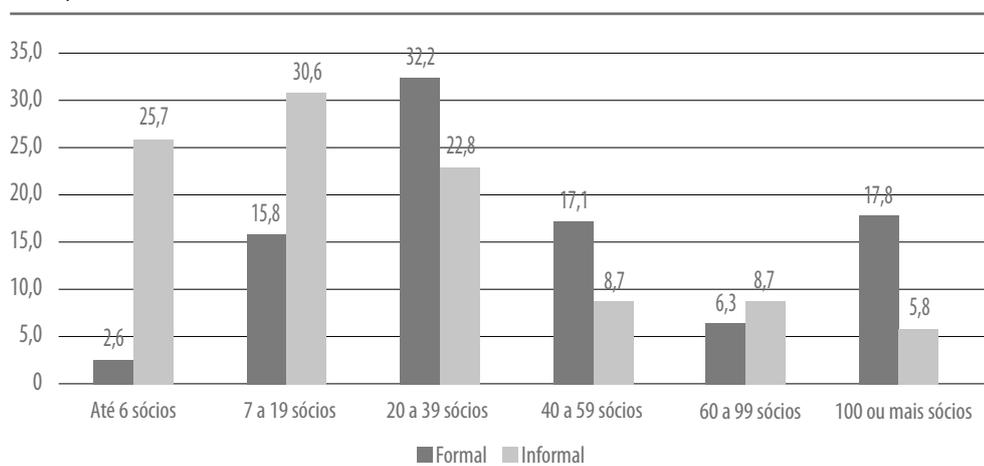
Quanto ao sexo dos sócios, verifica-se que entre os empreendimentos formais há o predomínio de trabalhadores do sexo masculino, compondo 59,0% do total, ao mesmo tempo em que número de trabalhadores do sexo feminino nos empreendimentos informais é pouco superior ao dos homens, 50,2% contra 49,8%, respectivamente. Na região Sul do país, o número de sócios do sexo masculino em empreendimentos formais chegava a 68,5% enquanto entre os informais era de 54,6%. A região Sudeste foi aquela onde a proporção de mulheres em empreendimentos informais registrou a maior participação, de 57,9% (Tabela 3).

13. A distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por número de sócios mostra que no total dos empreendimentos a mediana é de 26 sócios, ao passo que nos formais é de 38 sócios e nos informais, 15 (ver Anexo 9, página 67). A partir da análise da mediana, foram propostas as faixas de números de sócios indicadas na tabela 06, considerando que em metade dos casos, os empreendimentos da economia solidária possuem até 26 ou 15 sócios, dependendo de sua condição de formalização. Portanto, o objetivo foi dar relevo na base a esses empreendimentos.

GRÁFICO 4

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários segundo classes de número de sócios (em %)

Brasil, 2009-2013



Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

TABELA 3

Distribuição percentual dos sócios da economia solidária por sexo segundo condição de formalização do empreendimento

Brasil e Grandes Regiões – 2009 a 2013

Brasil e Grandes Regiões	Formais			Informais		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Norte	55,5	44,5	100,0	51,3	48,7	100,0
Nordeste	53,7	46,3	100,0	50,1	49,9	100,0
Sudeste	56,9	43,1	100,0	42,1	57,9	100,0
Sul	68,5	31,5	100,0	54,6	45,4	100,0
Centro-Oeste	57,4	42,6	100,0	46,2	53,8	100,0
Brasil	59,0	41,0	100,0	49,8	50,2	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

Mais da metade dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil se localizam em áreas rurais e pouco mais de 1/3 estão em áreas urbanas (Anexo 4, página 65). O recorte territorial da informalidade na economia solidária mostra que ela é, por outro lado, um fenômeno de características mais urbanas que rurais. Dos empreendimentos que declaram a área urbana como espaço de atuação, 66,7% são informais, ao passo que o número de empreendimentos informais em áreas rurais corresponde a 40,8%, isto é, diferença de 25,9 pontos percentuais. A região Sudeste registra o maior número de empreendimentos informais em áreas urbanas, correspondendo a 72,8% do total de EES urbanos na região, seguida da região Norte, com 67,6%. Observando os empreendimentos em áreas rurais, verifica-se que somente na região Sul a

proporção de empreendimentos informais supera o percentual daqueles operando em condição de formalidade (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização e área de atuação do empreendimento⁽¹⁾
 Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Rural			Urbano			Rural e urbano ⁽²⁾		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Norte	59,3	40,7	100,0	32,4	67,6	100,0	58,6	41,4	100,0
Nordeste	63,1	36,9	100,0	41,0	59,0	100,0	55,9	44,1	100,0
Sudeste	55,0	45,0	100,0	27,2	72,8	100,0	30,8	69,2	100,0
Sul	43,7	56,3	100,0	33,9	66,1	100,0	55,0	45,0	100,0
Centro-Oeste	61,8	38,2	100,0	34,2	65,8	100,0	63,2	36,8	100,0
Brasil	59,2	40,8	100,0	33,3	66,7	100,0	53,4	46,6	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não incluem os casos sem declaração de área de atuação do empreendimento

(2) A área Rural e Urbano não representa a soma de empreendimentos rurais + urbanos, mas sim os empreendimentos que atuam simultaneamente nas duas áreas

Pode-se caracterizar de forma mais precisa essa condição entre empreendimentos urbanos e rurais de acordo com sua categoria social como unidade econômica formal e informal.

Os empreendimentos¹⁴ que declararam que os sócios pertencem ou já pertenceram à Agricultura Familiar correspondiam a mais da metade do total de empreendimentos mapeado (10.851 ou 55,3% do total). A seguir aparecem aqueles que dizem que sócios são ou foram artesãos (3.516 ou 17,9% do total) (Anexo 5, página 65). Essas duas categorias sociais somam 73,2% do total dos empreendimentos econômicos solidários. Portanto, é possível indicar que, na economia solidária, predominam indivíduos que são ou foram dedicados às atividades de agricultura familiar e de artesanato. Se forem somadas a essas categorias sociais “Outros trabalhadores autônomos/por conta própria”, “Assentados da reforma agrária” e “Desempregados (desocupados)” chega-se a 88,4% dos empreendimentos. No caso dos empreendimentos nos quais foi declarado que os sócios são ou pertenceram à categoria social de Agricultores familiares, 59,9% eram formais, ao passo que entre os artesãos, 74,7% eram informais (Anexo 6, página 66).

14. Diferentemente da Tabela 2, essa informação do Anexo 6 diz respeito à distribuição dos EES segundo sua categoria social, ao passo que aquela da Tabela 2 diz respeito à distribuição dos sócios.

ATIVIDADE ECONÔMICA E A INFORMALIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As atividades econômicas¹⁵ desenvolvidas pelos EES são classificadas do seguinte modo: 1) *Produção ou produção e comercialização*; 2) *Comercialização ou organização da comercialização*; 3) *Prestação do serviço ou trabalho a terceiro*; 4) *Poupança, crédito ou finanças solidárias*; 5) *Consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios* e 6) *Troca de produtos ou serviços*. No segundo mapeamento da economia solidária, entre as seis atividades descritas, a que reunia o maior número de empreendimentos era a de *Produção ou produção e comercialização*, que responde por 56,2% do total. A seguir apareciam as atividades de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios* (20,0%) e *Comercialização ou organização da comercialização* (13,3%). Isto significa que 89,6% dos empreendimentos da economia solidária, no período do segundo mapeamento, dedicavam-se a essas três atividades (Gráfico 5).

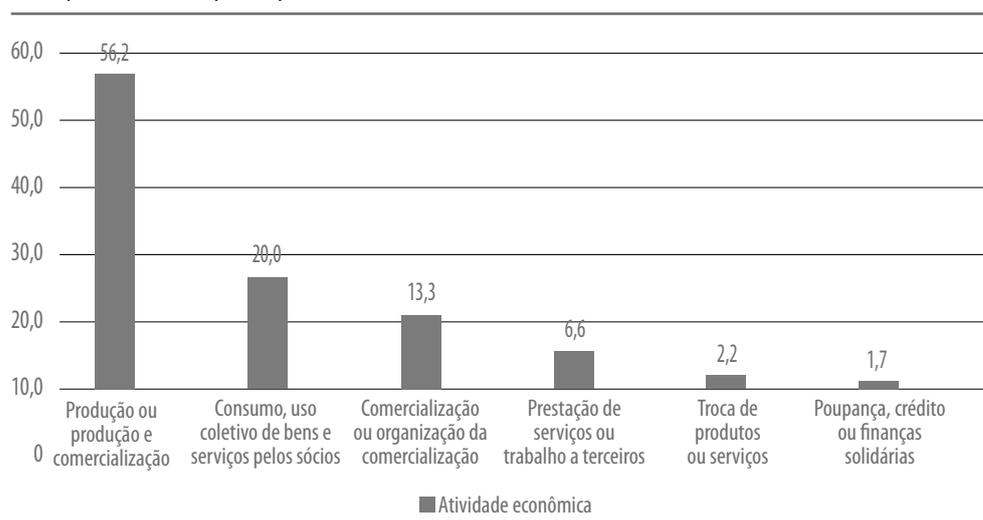
Ademais, a análise regional dessa informação revela que em todas as grandes regiões do país, *Produção ou produção e comercialização* era a atividade predominante, com destaque para a região Norte, com 77,9% dos empreendimentos dedicando-se a esse tipo de atividade, seguida do Centro Oeste, com 61,3% (Anexo 6, página 66).

Como um fenômeno presente em mais da metade dos empreendimentos da economia solidária, verifica-se que a informalidade aparece em todas as

15. É possível que um empreendimento desenvolva mais de uma atividade. Nesse caso, está se considerando a atividade principal.

GRÁFICO 5**Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal**

Brasil, 2009 a 2013 (em %)



Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

atividades econômicas principais da economia solidária com participação percentual relevante. Em termos de Brasil, a atividade econômica principal com maior número de empreendimentos é a de *Produção ou produção e comercialização* e nessa atividade 56,0% dos empreendimentos operavam em condição de informalidade. Pode-se dizer que, pelo seu peso no total de empreendimentos, essa atividade puxa a média do número de informais para cima. Pode-se verificar que na segunda atividade com maior número de empreendimentos, de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios*, predominavam estabelecimentos formalizados – de acordo com o segundo mapeamento representavam 62,6% do total. O maior número de empreendimentos formais se repetiu em todas as demais atividades, exceto nas de *Comercialização ou organização da comercialização* nas quais 50,3% eram informais.

Em termos regionais, o Sudeste, que comporta a maior proporção de empreendimentos informais para o conjunto das atividades econômicas (ver Gráfico 1, página 28), apresentava a maior taxa de empreendimentos informais (74,2%) na atividade de *Produção ou produção e comercialização*. Nessa região, em todas as atividades econômicas, exceto nas de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios*, o percentual de empreendimentos informais sempre esteve acima dos formais. Nessa última atividade, a região Nordeste se sobressaía com o maior percentual de empreendimentos

TABELA 5

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização e atividade econômica principal

Brasil e Grandes Regiões, 2009/2013 (em %)

Atividade econômica principal e condição de formalização	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Comercialização ou organização da comercialização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Formal	67,9	56,5	41,3	47,9	57,7	49,7
Informal	32,1	43,5	58,7	52,1	42,3	50,3
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Formal	55,1	65,8	64,6	35,0	63,0	62,6
Informal	44,9	34,2	35,4	65,0	37,0	37,4
Poupança, crédito ou finanças solidárias	100,0	100,0	100,0	100,0	75,0	100,0
Formal	75,0	55,9	32,0	88,8	62,5	65,2
Informal	25,0	44,1	68,0	11,2	37,5	34,8
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Formal	57,9	49,9	36,6	63,8	56,6	51,8
Informal	42,1	50,1	63,4	36,3	43,4	48,2
Produção ou produção e comercialização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Formal	44,9	53,6	25,8	34,6	48,7	44,0
Informal	55,1	46,4	74,2	65,4	51,3	56,0
Troca de produtos ou serviços	100,0	100,0	100,0	100,0	98,8	100,0
Formal	59,8	72,4	35,5	12,8	55,6	57,2
Informal	40,2	27,6	64,5	87,2	44,4	42,8

Fonte: MTPS/Senaes/Sies
Elaboração: DIEESE

formais, respondendo por 65,8% dos EES da região (Tabela 5). A maior proporção de empreendimentos formais em atividade de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios* pode estar relacionada à predominância de Agricultores familiares nessas atividades¹⁶.

Como já mostrado anteriormente, a economia solidária reunia, de acordo com o segundo mapeamento, 1,4 milhões de sócios (ver Tabela 2, página 32). A análise da distribuição desses trabalhadores em classes de números de sócios segundo a condição de formalização da unidade produtiva em que atuavam, e pela atividade econômica principal mostra alguns aspectos que devem ser destacados.

Em algumas atividades econômicas, o percentual de empreendimentos informais com até seis sócios chama a atenção. Na atividade de *Produção ou produção e comercialização* esse número chegava a 34,4%, enquanto na mesma faixa de sócios, o percentual de empreendimentos formais fica em apenas 3,7%.

Na atividade de *Poupança, crédito ou finanças solidárias*, a proporção de empreendimentos formais com 100 ou mais sócios alcançava 63,0%, enquanto os empreendimentos informais são 20,0%.

16. De acordo com o segundo mapeamento da economia solidária, dos 3.495 empreendimentos em atividades de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços*, 3.220 ou 81,6% declararam que os sócios pertencem ou pertenceram à categoria social de Agricultores familiares.

Mais da metade dos EES informais (56,4%) possuíam até 19 sócios, enquanto entre os empreendimentos formais esse percentual correspondia a 18,4%. Na atividade de *Produção ou produção e comercialização*, a proporção de empreendimentos informais com até 19 sócios alcançava 66,3%. Na faixa de 20 a 39 sócios, os empreendimentos formais apresentavam uma proporção de 32,2% e os informais de 22,8%. Cerca de metade dos empreendimentos formais (49,4%) possuíam 40 ou mais trabalhadores compondo o seu quadro de sócios. Entre os empreendimentos informais esse percentual era de 20,8%. Depois dos empreendimentos formais em atividades de *Poupança, crédito ou finanças solidárias*, cuja proporção de EES com 40 ou mais sócios atingia 75,0%, a atividade de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios* é a que aparece com maior percentual de associados em empreendimentos do mesmo porte (56,3%) (Tabela 6).

TABELA 6

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal segundo classes de números de sócios e condição de formalização
Brasil, 2009/2013 (em %)

Atividade econômica principal	Até 6 sócios		De 7 a 19 sócios		De 20 a 39 sócios		De 40 a 59 sócios		De 60 a 99 sócios		100 ou mais sócios		Total	
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
Troca de produtos ou serviços	1,2	9,3	11,4	23,6	36,6	30,2	18,3	15,9	15,4	9,9	17,1	11,0	100,0	100,0
Produção ou produção e comercialização	3,7	34,4	18,3	31,9	32,4	18,5	17,0	6,5	13,5	4,5	15,2	4,3	100,0	100,0
Comercialização ou organização da comercialização	1,9	16,8	17,8	34,1	33,0	29,2	13,7	8,8	12,0	5,2	21,5	6,0	100,0	100,0
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	5,1	19,3	18,3	36,1	30,1	23,3	12,6	8,5	11,3	5,8	22,6	6,9	100,0	100,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	1,9	3,6	10,1	42,7	13,0	21,8	6,7	8,2	5,3	2,7	63,0	20,9	100,0	100,0
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	0,4	3,7	10,1	20,1	33,3	34,5	21,1	16,9	19,2	15,0	16,0	9,8	100,0	100,0
Total	2,6	25,7	15,8	30,6	32,2	22,8	17,1	8,7	14,5	6,3	17,8	5,8	100,0	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos sem declaração de número de sócias e sócios

Uma análise quadrienal¹⁷, a partir de 1994, da taxa de crescimento médio do número de EES no Brasil mostra que o período em que mais surgiram novos empreendimentos foi entre 1994 e 1997, com uma taxa de variação média total de 23,4%. Na mesma época, a parcela de novos empreendimentos formais e informais criados foi da ordem de 24,2% e 21,7%. Já entre 2002 e 2005, o número de empreendimentos novos informais apresenta uma taxa de variação média (13,0%) superior aos formais (6,2%), com uma diferença de 6,8 p.p., e também acima da taxa de variação média total (9,6%). Entre 2006 e 2009, a taxa de variação média de novos empreendimentos criados sofreu uma queda, relativamente aos quatro anos anteriores, passando a 1,2%. Essa diminuição no ritmo de crescimento, na comparação dos dois períodos, ocorreu em função da forte redução no número de em-

17. A taxa de crescimento médio anual foi feita dividindo os anos, a partir de 2002, de forma quadrienal, indo até 2009, em função das limitações colocadas pela queda do número de empreendimentos mapeados no segundo período, o que afetaria sobremaneira o cálculo da taxa média geométrica. Ver notas metodológicas.

preendimentos novos formais, que apresentou taxa negativa de 13,2% de variação média anual, ao passo que os informais continuaram crescendo a um ritmo semelhante ao do quadriênio anterior, de 9,3% ao ano. Portanto, na década em que a economia brasileira mostrou um movimento de crescimento econômico mais intenso¹⁸ também ocorreu a redução na criação de empreendimentos formais.

A Tabela 7 mostra que esse comportamento também se verificou dentro de quase todas as atividades econômicas da economia solidária. Na atividade de *Poupança, crédito ou finanças solidárias*, 62,3% dos empreendimentos informais foram criados entre 2004 e 2013. Em todas as demais atividades, com exceção de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios* (29,8%), mais da metade dos empreendimentos informais foi criada nesse período.

TABELA 7

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal segundo classes de período de criação e condição de formalização
Brasil, 2009 a 2013 (em %)

Atividade econômica principal	Até 1983		1984 a 1993		1994 a 2003		2004 a 2013		Total	
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
Troca de produtos ou serviços	2,4	2,7	14,2	7,1	55,3	32,1	28,0	58,2	100,0	100,0
Produção ou produção e comercialização	2,9	2,3	12,6	6,3	50,0	34,0	34,5	57,4	100,0	100,0
Comercialização ou organização da comercialização	3,9	2,3	12,6	5,3	46,7	34,6	36,9	57,7	100,0	100,0
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	6,3	4,8	14,6	8,3	51,3	31,7	27,9	55,2	100,0	100,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0,9	3,5	7,0	5,3	51,4	28,9	40,7	62,3	100,0	100,0
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	2,8	3,3	20,5	13,2	57,2	53,7	19,5	29,8	100,0	100,0
Total	3,2	2,6	14,6	7,4	51,6	36,7	30,5	53,3	100,0	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos sem declaração de ano de início do empreendimento

Os empreendimentos nos quais predominam sócios que são ou foram agricultores familiares correspondem a 3/5 do total de empreendimentos da economia solidária. Dos empreendimentos formais dessa categoria social, 53,4% foram criados entre 1994 e 2003, ao passo que 27,5% nasceram a partir de 2004. Deve-se destacar também que 57,7% dos empreendimentos formais que se declararam Assentados da reforma agrária foram criados entre 1994 e 2003.

Ao observar outras categorias sociais predominantes entre os EES, verifica-se uma realidade em que os empreendimentos informais foram criados, sobretudo, nos últimos dez anos encerrados em 2013. Entre os empreendimentos

18. Entre 2000 e 2009, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 3,4%, mas com um ritmo mais forte a partir de 2004, chegando a um pico de 6,1%, em 2007. O estoque de empregos formais, em igual período variou 64,9%, com crescimento médio anual de 4,5%. Ver DIEESE, 2012.

informais que declararam que os sócios eram Desempregados (desocupados), 67,4% dessas organizações haviam surgido entre os anos de 2004 a 2013. Em seguida, apareciam os empreendimentos informais cuja categoria social é de Artesão, com 63,0% deles nascidos nesse último período. Em nenhum caso, o número de empreendimentos formais superou o de informais criados nessa última década considerada (Tabela 8).

TABELA 8
Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por classes de período de criação do empreendimento segundo categoria social e condição de formalização

Brasil, períodos selecionados (em %)

Categoria social	Até 1983		1984 a 1993		1994 a 2003		2004 a 2013		Total	
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
Agricultores familiares	2,9	2,7	16,3	10,1	53,4	44,2	27,5	42,9	100,0	100,0
Artesãos	5,0	2,6	12,7	5,0	43,6	29,4	38,7	63,0	100,0	100,0
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	5,6	2,5	11,3	4,9	45,7	33,6	37,4	59,0	100,0	100,0
Assentados da reforma agrária	0,5	2,2	10,7	6,3	57,7	45,9	31,1	45,7	100,0	100,0
Desempregados (desocupados)	4,2	1,1	9,6	5,0	41,8	26,5	44,4	67,4	100,0	100,0
Demais categorias sociais	2,7	2,6	6,2	3,6	50,2	25,9	40,9	67,8	100,0	100,0
Total	3,1	2,6	14,6	7,4	51,9	37,1	30,4	52,9	100,0	100,0

Fonte: MTPS/Senaes/Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos sem declaração de ano de início do empreendimento, os casos não registrados de categoria social, além da categoria "Não se aplica ou não há predominância"

A análise dos empreendimentos informais de acordo com sua atividade econômica principal e área de atuação reforça a percepção de que a informalidade se tornou predominante entre as unidades produtivas da economia solidária a partir dos últimos 10 anos (2004 a 2013), particularmente nas áreas urbanas. Entre 1994 e 2003, a proporção de empreendimentos informais criados nas áreas urbanas foi de 30,1%, contra 62,4% entre 2004 e 2013. Para efeito de comparação, em áreas rurais, os percentuais foram de 44,6% e 42,9%, respectivamente. Os empreendimentos informais em atividades de *Poupança, crédito ou finanças solidárias* gerados em áreas urbanas registravam um percentual de 71,9% EES criados entre 2004 e 2013. Deve-se destacar, contudo, que 57,5% das unidades dessa atividade que atuam em áreas rurais nasceram nesse mesmo período (Tabela 9).

De modo geral, há diferenças entre número de empreendimentos formais e informais que dizem realizar algum investimento para o desenvolvimento de suas atividades. Dos 6.359 empreendimentos com realização de algum tipo de investimento¹⁹, 3.354 ou 52,7% eram formais, mostrando que a formalização pode elevar a capacidade de investimento da unidade produtiva (Gráfico 6).

19. Os investimentos podem ser da seguinte ordem: Infraestrutura física (prédios, construções etc.) como tipo de investimento; Equipamentos (aquisição, renovação) como tipo de investimento; Ampliação de estoque de matérias-primas como tipo de investimento; Abertura de filiais como tipo de investimento; Abertura de lojas/espços de comercialização como tipo de investimento; Capacitação de mão de obra como tipo de investimento; Comunicação / divulgação como tipo de investimento; Outro tipo de investimento. Essa é uma questão que admite múltipla escolha.

TABELA 9

Proporção do total de empreendimentos econômicos solidários informais por classe de período de criação⁽¹⁾ segundo atividade econômica principal e área de atuação
Brasil, períodos selecionados (em %)

Atividade econômica principal	Rural				Urbana			
	Até 1993	1994 a 2003	2004 a 2013	Total	Até 1993	1994 a 2003	2004 a 2013	Total
Troca de produtos ou serviços	9,2	36,8	54,0	100,0	9,2	28,7	62,1	100,0
Produção ou produção e comercialização	10,6	40,9	48,5	100,0	6,8	29,4	63,8	100,0
Comercialização ou organização da comercialização	10,9	45,7	43,4	100,0	5,1	29,0	65,9	100,0
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	12,3	37,7	50,0	100,0	14,0	29,0	57,0	100,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	11,0	31,5	57,5	100,0	3,1	25,0	71,9	100,0
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	17,2	54,1	28,8	100,0	14,0	49,7	36,3	100,0
Total	12,4	44,6	42,9	100,0	7,5	30,1	62,4	100,0

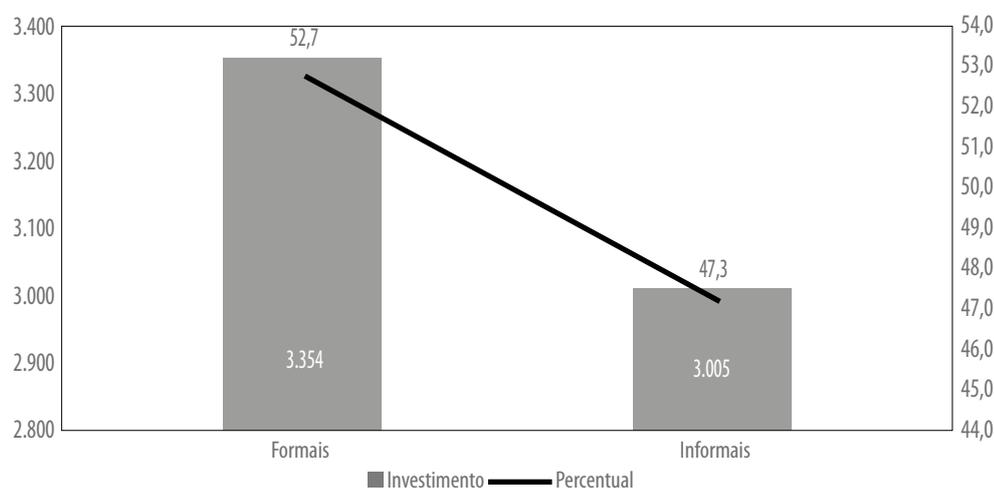
Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) A participação dos empreendimentos criados antes de 1994 é reduzida, razão pela qual não se detalha esta informação na tabela

GRÁFICO 6

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários que realizaram investimentos por condição de formalização
Brasil, 2009 a 2013 (em %)



Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui 13.349 empreendimentos sem declaração de tipo de investimento realizado

Há uma distinção marcante entre empreendimentos formais e informais quanto ao destino da comercialização dos seus produtos. Os números do Gráfico 7 evidenciam uma tendência de os EES informais manterem um contato sem intermediários com o consumidor final ou de estabelecerem suas vendas diretamente para outros EES. Entre os empreendimentos com venda direta ao consumidor final, 58,1% eram informais. Dos empreendimentos que

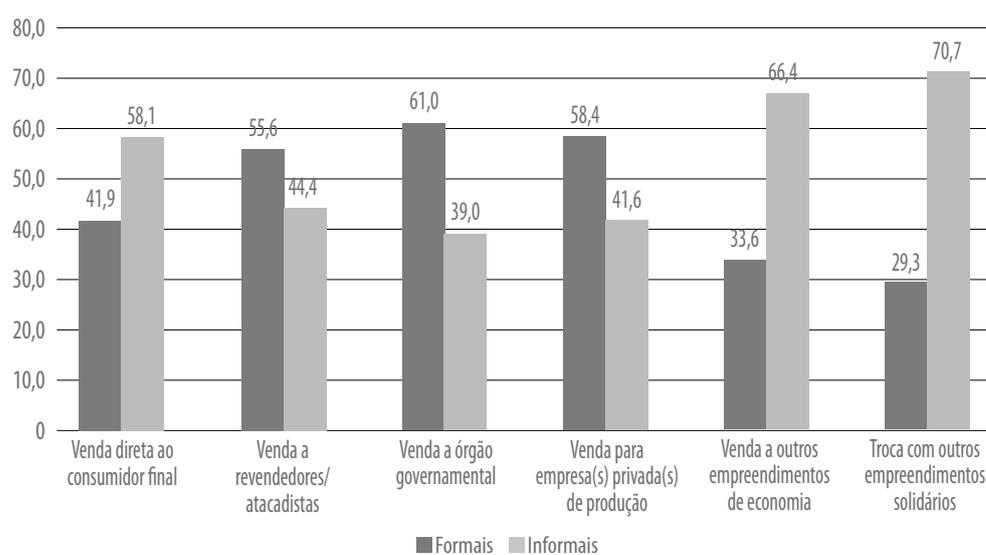
realizam a troca de seu produto com outros empreendimentos solidários, o percentual de informais era de 70,7%.

Por outro lado, a venda realizada para revendedores/atacadistas tem o predomínio de empreendimentos formais, com 55,6%. Quando se olha para as vendas governamentais, esse percentual alcançava 61,0% e nas vendas para empresa(s) privada(s) de produção somava 58,4%. Embora os principais destinos de venda da economia solidária sejam a Venda direta ao consumidor final e a Venda a revendedores/atacadistas (Anexo 8 - página 63), é importante observar como os empreendimentos informais apresentam menor participação na comercialização de seus produtos seja com governos, seja com instituições privadas.

GRÁFICO 7

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por forma de comercialização segundo condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013 (em %)



Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Nota.: (1) Exclui os empreendimentos que declararam outro tipo de venda

(2) Apenas as atividades de *Produção ou produção e comercialização* e *Comercialização ou organização da comercialização* possuem variável de forma de comercialização

(3) Admite múltiplas respostas

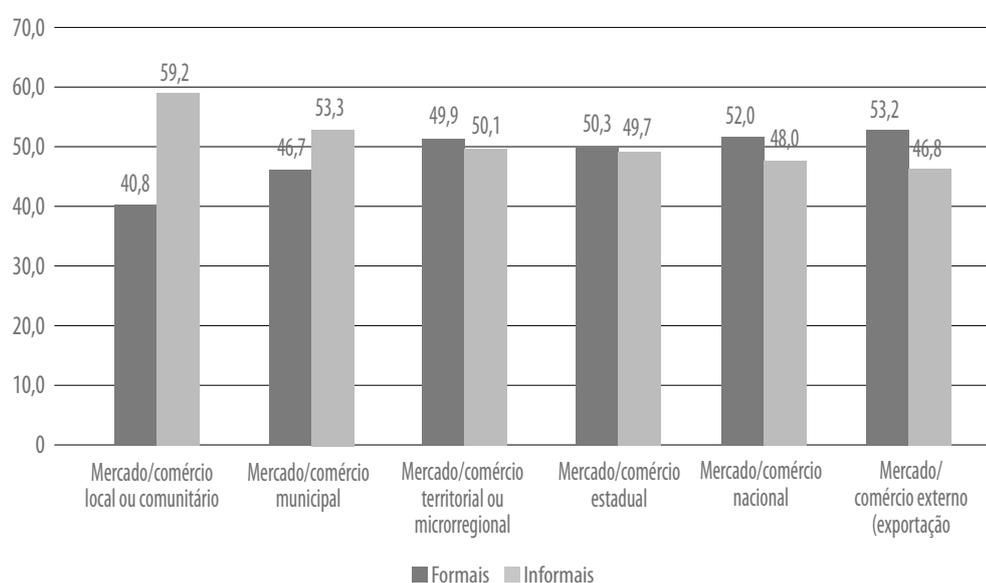
Embora haja diferenças percentuais entre empreendimentos formais e informais com respeito ao *locus* de venda de seus produtos, pode-se dizer que ela é marcante e chama a atenção em dois casos. Entre os empreendimentos que responderam comercializar no Mercado/comércio local ou comunitário, 59,2% eram informais, isto é, uma diferença da ordem de 18,3 pontos percentuais em relação aos empreendimentos formais. Entre os empreendimentos que responderam vender em um contexto de mercado municipal novamente o número de informais era maior, compondo 53,3%.

Observa-se que na medida em que se amplia o espaço geográfico de comercialização do empreendimento, diminui a participação de empreendimentos informais. Quando a localização da comercialização passa a ser o mercado externo, o número de informais que participam nessa operação passa a 46,8% (Gráfico 8).

GRÁFICO 8

Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por localização da comercialização segundo condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013



Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Admite múltipla respostas

b) Apenas as atividades de *Produção ou produção e comercialização* e *Comercialização ou organização da comercialização* possuem variável de forma de comercialização.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA

A condição de formalização também indicava maior ou menor correlação com a participação em fóruns ou redes de representação ou de articulação entre empreendimentos de economia solidária. No total, 8.956 EES (45,4% do total) participavam de algum desses espaços de atuação política. Desses, os empreendimentos formais somavam 4.703, correspondendo a 52,5% do total de unidades econômicas da economia solidária com algum tipo de ativismo político. A proporção de empreendimentos informais de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios* com participação política em fóruns ou redes era baixa e somava 27,7%; empreendimentos informais de *Poupança, crédito ou finanças solidárias* reuniam 33,7% com participação nesses espaços. Apenas na atividade de *Produção ou produção e comercialização* os empreendimentos informais superavam os formais em termos de participação política em fóruns ou redes de articulação, sendo de 53,2% tal participação (Tabela 10, página 46).

A regularidade com que os empreendimentos econômicos solidários realizavam assembleias gerais ou reuniões coletivas de sócios pode dar um indicativo de sua capacidade em dar respostas às necessidades do empreendimento. Tanto entre os empreendimentos formais quanto entre os informais, as atividades ocorrem predominantemente em intervalos de um mês. Contudo, há uma tendência de atividades em períodos menores que um mês entre empreendimentos informais e, opostamente, os empreendimentos formais têm uma regularidade de atividades de assembleias e de reuniões em espaços maiores de

TABELA 10
Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários com participação em fóruns ou redes de articulação ou de representação por atividade econômica principal segundo condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013

Atividade econômica principal	Formais		Informais		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Troca de produtos ou serviços	104	59,4	71	40,6	175
Produção ou produção e comercialização	2.551	46,8	2.905	53,2	5.456
Comercialização ou organização da comercialização	693	51,9	642	48,1	1.335
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	298	58,9	208	41,1	506
Poupança, crédito ou finanças solidárias	175	66,3	89	33,7	264
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	882	72,3	338	27,7	1.220
Total	4.703	52,5	4.253	47,5	8.956

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos que não participam de alguma rede de produção, comercialização, consumo; ou crédito ou de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação

tempo. Desse modo, enquanto 23,0% dos empreendimentos informais realizavam suas atividades de forma diária, semanal ou quinzenal, entre os empreendimentos formais essa proporção era de 5,6%. A análise dessa informação segmentada pela atividade desenvolvida pelos EES mostra que 28,9% dos empreendimentos informais em *Produção ou produção e comercialização* realizavam assembleias e reuniões com uma frequência inferior a 30 dias, percentual similar àqueles em atividades de *Prestação de serviço ou trabalho a terceiros* (28,3%). Por outro lado, a maior proporção de empreendimentos formais com atividades de assembleias e reuniões inferiores a um mês ocorre na atividade de *Prestação do serviço ou trabalho a terceiros*, sendo pouco mais de 10,0% .

TABELA 11
Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal segundo periodicidade de realização de assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios e condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013

Atividade econômica principal	Formal			Informal		
	Diariamente semanal ou quinzenal	Mensal	Bimestral ou mais	Diariamente semanal ou quinzenal	Mensal	Bimestral ou mais
Troca de produtos ou serviços	2,4	54,9	42,7	18,3	45,0	36,7
Produção ou produção e comercialização	6,7	56,4	36,9	28,9	45,6	25,5
Comercialização ou organização da comercialização	5,7	45,3	49,0	13,5	48,1	38,4
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	10,2	41,2	48,6	28,3	36,7	35,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	2,8	35,7	61,5	14,9	61,4	23,7
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	2,8	59,9	37,3	6,3	55,1	38,6
Total	5,6	54,3	40,1	23,0	47,0	30,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos que responderam não realizar assembleia geral e/ou reunião coletiva dos sócios

Em termos gerais, a proporção de empreendimentos formais que declararam possuir computador e acesso à internet é menor que nos informais, o que pode ter relação com o fato de que os empreendimentos informais se localizam predominantemente em áreas urbanas onde há maior facilidade e oferta para acessar esses serviços. Os empreendimentos formais em atividades de *Troca de produtos ou serviços* com acesso à internet correspondem a 19,1%, contra 39,1% entre os informais. Em relação a computadores, o acesso dos formais é 22,0% e dos informais 41,8%. Por outro lado, entre os empreendimentos dedicados à *Prestação do serviço ou trabalho a terceiros*, 67,8% possui acesso à internet e 70,5% a computadores, ao passo que entre os informais essa proporção é de 57,8% e de 61,0%, respectivamente. Os empreendimentos formais que lidam com atividade de *Poupança, crédito ou finanças solidárias* possuem a maior proporção de unidades cobertas por internet (75,7%) e dotadas de computadores (72,9%), enquanto EES em atividades de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios*, formais ou informais, apresentam, em termos de acesso à internet, taxas relativamente baixas, de 18,3% e 19,2%, respectivamente (Tabela 12).

TABELA 12**Proporção dos empreendimentos econômicos solidários com acesso à internet e computador por condição de formalização segundo atividade econômica principal**

Brasil, 2009 a 2013

Atividade econômica principal	Internet		Computador	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Troca de produtos ou serviços	19,1	39,1	22,0	41,8
Produção ou produção e comercialização	41,1	45,5	45,4	49,2
Comercialização ou organização da comercialização	58,2	59,9	61,7	60,9
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	67,8	57,8	70,5	61,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	75,7	49,1	72,9	46,5
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	18,3	19,2	24,7	24,6
Total	39,7	44,2	44,1	47,7

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS FORMAIS SEGUNDO VÍNCULOS DE TRABALHADORES E MASSA DE REMUNERAÇÃO²⁰

Em 2013, 739 empreendimentos da economia solidária declararam possuir trabalhadores assalariados vinculados ao estabelecimento em 31/12, ao passo que 5.298 apresentaram zero vínculo de emprego formal no ano base. A forma de distribuição desses empreendimentos segundo unidades da federação e grandes regiões mostram particularidades importantes. Aproximadamente metade (46,5%) dos empreendimentos que declararam vínculos de emprego formal em 2013 localizava-se na região Sul do país, sendo 19,6% apenas no estado do Rio Grande do Sul. A seguir aparecia a região Sudeste, com o percentual de 18,7%. Somadas, as duas regiões representavam 65,2% do total desses empreendimentos.

Por outro lado, os empreendimentos que registraram zero vínculo de emprego formal nesse ano concentravam-se na região Nordeste (52,4%). Os estados do Ceará (14,2%) e Pernambuco (10,5%) respondiam por $\frac{1}{4}$ do total de empreendimentos formais sem vínculos de trabalhadores formais (Tabela 13, página 50).

20. Essas informações dizem respeito ao exercício inicial de cruzamento das informações da Rais com o Sies e, por questões de ordem metodológica, tratam de uma parcela dos EES encontrados na Rais. Para mais detalhes, consultar notas metodológicas no início desse estudo.

TABELA 13
Distribuição absoluta e percentual dos empreendimentos formais da economia solidária segundo indicador de Rais Negativa

Brasil e Unidades da Federação, 2013

Unidade da Federação e Grandes Regiões	Estabelecimentos					
	Rais negativa				Total	
	Não	(%)	Sim	(%)	Absoluto	(%)
Norte	57	7,7	649	12,2	706	11,7
Rondônia	9	1,2	81	1,5	90	1,5
Acre	8	1,1	140	2,6	148	2,5
Amazonas	5	0,7	23	0,4	28	0,5
Roraima	1	0,1	15	0,3	16	0,3
Pará	24	3,2	264	5,0	288	4,8
Amapá	3	0,4	34	0,6	37	0,6
Tocantins	7	0,9	92	1,7	99	1,6
Nordeste	129	17,5	3.033	57,2	3.162	52,4
Maranhão	6	0,8	369	7,0	375	6,2
Piauí	4	0,5	285	5,4	289	4,8
Ceará	12	1,6	848	16,0	860	14,2
Rio Grande do Norte	40	5,4	372	7,0	412	6,8
Paraíba	4	0,5	123	2,3	127	2,1
Pernambuco	20	2,7	613	11,6	633	10,5
Alagoas	15	2,0	47	0,9	62	1,0
Sergipe	1	0,1	19	0,4	20	0,3
Bahia	27	3,7	357	6,7	384	6,4
Sudeste	138	18,7	617	11,6	755	12,5
Minas Gerais	31	4,2	231	4,4	262	4,3
Espírito Santo	50	6,8	213	4,0	263	4,4
Rio de Janeiro	6	0,8	24	0,5	30	0,5
São Paulo	51	6,9	149	2,8	200	3,3
Sul	344	46,5	571	10,8	915	15,2
Paraná	94	12,7	115	2,2	209	3,5
Santa Catarina	105	14,2	239	4,5	344	5,7
Rio Grande do Sul	145	19,6	217	4,1	362	6,0
Centro-Oeste	71	9,6	428	8,1	499	8,3
Mato Grosso do Sul	2	0,3	36	0,7	38	0,6
Mato Grosso	17	2,3	137	2,6	154	2,6
Goiás	44	6,0	236	4,5	280	4,6
Distrito Federal	8	1,1	19	0,4	27	0,4
Brasil	739	100,0	5.298	100,0	6.037	100,0

 Fonte: MTPS/Rais.MTPS/.Senaes. Sies
 Elaboração: DIEESE

Em 2013, os empreendimentos formais com vínculos apresentavam 8.926²¹ empregos formais assalariados, com predominância no Rio Grande do Sul (2.459 ou 27,5% do total), seguido de Santa Catarina (1.655 ou 18,5%) e de São Paulo (1.552 ou 17,4%). Estes três estados concentravam, no referido período, 63,5% do total de vínculos de empregos em empreendimentos da economia solidária. Na média do Brasil, os empreendimentos formais com vínculos em 31/12 apresentaram 27 empregos formais por estabelecimento.

21. Do total estão excluídos os empreendimentos que declararam massa salarial igual a zero.

A massa de remuneração e a remuneração média são dados importantes para se entender a dinâmica e a capacidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários. Em 31 de dezembro do ano base de 2013, a massa real de remuneração (a preços de setembro de 2015) gerada por esses empreendimentos alcançou um valor de mais de R\$ 17,7 milhões e uma remuneração média real de R\$ 1.991,3. No Rio Grande do Sul, a massa de remuneração gerada em 132 estabelecimentos chegou a R\$ 5,2 milhões e a uma remuneração média de R\$ 2.128,7. Além do Rio Grande do Sul, respondendo por 29,4% da massa de remuneração real, os dois estados que agregam a maior proporção de vínculos (Santa Catarina e São Paulo), também somam o maior percentual da massa, atingindo, os três, 68,5% do total (Tabela 14).

TABELA 14

Número de empreendimentos e empregos formais, massa salarial e remuneração média reais⁽¹⁾
Brasil e Unidades da Federação, 2013

Unidade da Federação	Estabelecimentos	Estoque de empregos	Massa salarial (em R\$)	Remuneração Média
Rio Grande do Sul	132	2.459	5.234.475,2	2.128,7
Santa Catarina	98	1.655	3.563.298,4	2.153,1
São Paulo	46	1.552	3.381.345,7	2.178,7
Paraná	87	609	1.474.272,6	2.420,8
Bahia	26	400	672.340,4	1.680,9
Goiás	40	301	521.222,2	1.731,6
Pará	19	341	456.413,0	1.338,5
Rio Grande do Norte	35	273	429.820,7	1.574,4
Espírito Santo	37	280	423.555,2	1.512,7
Distrito Federal	6	119	275.595,0	2.315,9
Minas Gerais	30	210	250.118,0	1.191,0
Rio de Janeiro	4	170	247.411,6	1.455,4
Mato Grosso	15	122	220.369,3	1.806,3
Rondônia	8	57	128.209,7	2.249,3
Alagoas	13	98	109.630,2	1.118,7
Pernambuco	18	75	104.597,3	1.394,6
Acre	7	57	83.550,4	1.465,8
Ceará	7	22	34.230,9	1.555,9
Maranhão	6	24	32.535,1	1.355,6
Piauí	4	28	27.907,4	996,7
Tocantins	5	22	25.565,8	1.162,1
Amazonas	4	15	24.121,4	1.608,1
Paraíba	2	9	18.284,2	2.031,6
Mato Grosso do Sul	2	7	14.567,3	2.081,0
Amapá	3	15	12.575,4	838,4
Roraima	1	5	7.027,9	1.405,6
Sergipe	1	1	1.149,8	1.149,8
Brasil	656	8.926	17.774.190,1	1.991,3

Fonte: MTPS/Rais.MTPS/.Senaes. Sies

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valores deflacionados pelo INPC em R\$ de setembro de 2015. Excluem os valores iguais a zero

Mais da metade dos empreendimentos econômicos solidários com vínculos de emprego formal (50,7%) e pouco mais de 4/5 dos empreendimentos com zero vínculo (82,0%) desenvolviam suas atividades em cinco classes de atividade econômica. Esses empreendimentos formais estão principalmente envolvidos em *Atividades de associações de defesa de direitos sociais*. Entretanto, percebe-se que entre os empreendimentos com vínculos de trabalhadores formais há menos concentração de empreendimentos em poucas classes de atividade econômica. Duas classes de atividade econômica reuniam 36,4% desses empreendimentos, enquanto 80,7% dos empreendimentos econômicos solidários sem vínculos de trabalhadores formais se encontravam em duas classes de atividade econômica. Além da já citada *Atividades de associações de defesa de direitos sociais* (61,6%), também *Atividades associativas não especificadas anteriormente* (19,1%) (Tabela 15).

TABELA 15

Distribuição absoluta e percentual dos empreendimentos formais da economia solidária por indicador de Rais Negativa segundo classe de atividade econômica IBGE
Brasil, 2013

Cnae 2.0	RAIS negativa			
	Não	(%)	Sim	(%)
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	191	25,8	3.264	61,6
Cooperativas de crédito rural	78	10,6	5	0,1
Atividades associativas não especificadas anteriormente	54	7,3	1.013	19,1
Comércio atacadista de leite e laticínios	31	4,2	12	0,2
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	21	2,8	53	1,0
Total de atividades selecionadas	375	50,7	4.347	82,0
Demais atividades	364	49,3	951	18,0
Total	739	100,0	5.298	100,0

Fonte: MTPS/Rais.MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

A análise dos empreendimentos da economia solidária formais com vínculos declarados na Rais de acordo com o porte do estabelecimento mostra que os estabelecimentos com 20 a 49 vínculos de empregos respondiam pelo maior percentual do estoque de empregos formais (22,8%) e também da massa de remuneração real (23,2%). A seguir apareciam os empreendimentos com 50 a 99 vínculos, registrando 18,6% do estoque e 20,2% da massa de remuneração real. Em termos de remuneração média real, são os empreendimentos com maior volume de empregos formais que apresentam os maiores pagamentos. Em primeiro lugar apareciam os EES formais de 250 a 499 vínculos (R\$ 2.538,10) e em segundo lugar os EES de 100 a 249 empregos, com R\$ 2.295,10 (Tabela 16).

Os dados de remuneração média por porte dos estabelecimentos revelam que em nenhum caso a remuneração média real na economia solidária era superior ao observado no mercado de trabalho formal geral. Na média, o mercado de trabalho formal geral registrou uma remuneração média real, em 2013, de R\$ 2.353,78, sendo 18,2% superior ao observado na economia solidária (R\$1.991,28) (Anexo 10, página 68).

TABELA 16

Massa e remuneração média reais⁽¹⁾ em empreendimentos formais da economia solidária por porte dos estabelecimentos
Brasil, 2013

Porte do estabelecimento	Estoque de empregos	Distribuição (%)	Massa salarial	Distribuição (%)	Remuneração média
De 1 a 4	651	7,3	853.506,82	4,8	1.311,07
De 5 a 9	820	9,2	1.268.889,52	7,1	1.547,43
De 10 a 19	1.285	14,4	2.222.640,88	12,5	1.729,68
De 20 a 49	2.039	22,8	4.120.178,20	23,2	2.020,69
De 50 a 99	1.661	18,6	3.598.978,92	20,2	2.166,75
De 100 a 249	1.325	14,8	3.042.079,01	17,1	2.295,91
De 250 a 499	528	5,9	1.340.119,36	7,5	2.538,10
De 500 a 999	617	6,9	1.327.797,35	7,5	2.152,02
Total	8.926	100,0	17.774.190,07	100,0	1.991,28

Fonte: MTPS/Rais.MTPS/.Senaes. Sies

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valores deflacionados pelo INPC em R\$ de setembro de 2015. Excluem os valores iguais a zero

O presente estudo buscou construir um panorama geral da informalidade na economia solidária tendo por objetivo específico contribuir para as discussões a respeito desse fenômeno social que atinge pouco mais da metade dos empreendimentos articulados no desenvolvimento de uma economia cooperativista e associativista.

Analisar a informalidade e, do mesmo modo, a economia solidária como um todo é importante dado que se está falando de um movimento social em construção permanente, com condições objetivas de inserção nos mercados ao mesmo tempo em que inclui parcela de trabalhadores em uma forma de organização na qual os pressupostos se assentam em uma prática de gestão participativa e de divisão equitativa dos resultados de sua produção e atividade.

A informalidade no Brasil é um dos traços característicos da heterogeneidade, tanto em termos de forma de organização das unidades econômicas quanto em tipos e condições de ocupação no mercado de trabalho do país. Assim, encontra-se informalidade entre milhões de trabalhadores em diferentes maneiras de inserção ocupacional e em estabelecimentos que propositalmente não observam o que determina a legislação trabalhista ou tributária. Por outro lado, também se encontram aqueles estabelecimentos para os quais a origem

da dificuldade em buscar a legalização reside em condições estruturais do próprio empreendimento, como escassez de recursos ou de conhecimento do processo. No caso da economia solidária, uma ampla literatura identifica essa forma de organização como aquela que abriga os setores populares, organizados de forma associativa/cooperativa movidos pela vontade de gerar emprego e recursos, de ordem monetária ou não, para os homens e mulheres que nela estão envolvidos. Portanto, a intenção de burlar a legislação não parece ser a explicação adequada para a informalidade nessas unidades de produção, comércio e serviços.

Não sendo propriamente ou unicamente o lucro a racionalidade econômica que orienta o desenvolver dessas atividades, mas, sim o poder absorver inúmeros trabalhadores excluídos do circuito do mercado de trabalho formal, os empreendimentos econômicos solidários vão se estabelecendo, ampliando ou diminuindo sua presença em termos de número ao que tudo indica de acordo com uma dinâmica ligada ao desenvolvimento econômico do país. Em outras palavras, as condições de crescimento ou de retração econômica podem trazer impactos para o surgimento de novos empreendimentos. Como demonstrado, os números gerais indicam que a criação total de EES não muda muito entre a década de baixo dinamismo econômico e a de mais alto dinamismo. Todavia, a composição do total de empreendimentos (formal/informal) passa por alterações significativas. Os empreendimentos econômicos solidários formais apresentaram um comportamento anticíclico, com queda na criação de novas unidades no período de retomada do crescimento econômico e queda no desemprego. Isso pode ter ocorrido por diversas razões, como, por exemplo, a ida (ou volta) de trabalhadores para o mercado de trabalho formal como empregados.

Ao mesmo tempo, a partir de 2003, período em que a economia brasileira passa a apresentar números positivos em termos de elevação do crescimento e redução das taxas de desemprego, também são observadas para esses anos o surgimento de diversas políticas públicas articuladas voltadas para a inclusão, como é o caso do Brasil sem Miséria; da expansão significativa dos programas de financiamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, voltados para agricultura familiar; além de programas próprios destinados ao estímulo do cooperativismo. É nesse momento que também são criadas ou fortalecidas linhas de crédito já existentes para o desenvolvimento de atividades econômicas por micro e pequenos empreendimentos (urbanos e rurais) como o Programa de Geração de Emprego e

Renda (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Essas ações estruturadas, envolvendo e mobilizando vários segmentos organizados da sociedade por meio de convênios e parcerias, vão se desenvolvendo em um contexto em que o governo federal busca a inclusão social via políticas de geração de trabalho e renda, contribuindo para a redução das taxas de desemprego e do trabalho informal enquanto seriam criadas condições para elevar a renda do trabalhador.

Essas transformações na política pública com vistas à inclusão produtiva ocorreram tendo como pano de fundo uma economia mais dinâmica, buscando, possivelmente, aumentar as chances de sucesso de iniciativas no campo da economia solidária. Elas podem ter estimulado o aumento do número de empreendimentos informais e indicam que a economia solidária é, eventualmente, entendida pelos grupos mais precarizados, como uma oportunidade de melhoria de renda e de vida.

Portanto, é possível que a economia solidária seja uma maneira para que esses setores mais vulneráveis da sociedade participem da dinâmica de crescimento econômico e de melhoria das condições sociais e de consumo do país, francamente favorecido pelo aumento do poder de compra das camadas mais populares da população com rendimentos fortemente vinculados ao salário mínimo. Reforça essa hipótese o fato de que mais de 2/3 dos empreendimentos que declaram que seus sócios eram desempregados (desocupados) nasceram a partir de 2004.

A década de 1990 foi um dos períodos mais significativos para a economia solidária em termos de nascimento de empreendimentos. Entre os anos de 1994 a 2003, a economia solidária viu surgir 44,0% dos empreendimentos conforme dados do segundo mapeamento. Estudiosos destacam que parte do desemprego surgido nesse período foi composto por trabalhadores com origem no segmento organizado do mercado de trabalho, cobertos por legislação trabalhista, com acesso a direitos sociais como previdência e à negociação coletiva.

Não é possível vincular a condição de ex-assalariado com a imediata criação de empreendimentos formais. Por outro lado, essa força de trabalho também é aquela que sofreu os impactos de uma crise profunda na indústria brasileira e que de lá saiu com maior nível de qualificação profissional para a busca de alternativas. O fato de o país ter trilhado outro caminho econômico na década que vai de 2004 a 2013, com aumento do emprego formal e com

aumentos reais do salário mínimo, pode ter levado uma parcela de trabalhadores a buscar se enquadrar ou permanecer nas suas relações de subordinação a empresas tipicamente capitalistas.

Considerar que a economia solidária é apenas uma porta de saída para o desemprego, nesse contexto, deveria ser uma colocação relativizada devido ao comportamento distinto que marca o desenvolvimento dos EES formais e informais diante da melhora do quadro econômico. Se a hipótese de retorno ou ida ao mercado de trabalho formal se constitui na razão pela qual ocorre a diminuição de criação de novos empreendimentos formais, dever-se-ia, portanto, questionar os motivos que levam outras tantas pessoas a se manterem e criar novos empreendimentos econômicos solidários, no entanto, na condição de informais.

Logo, não se deve desprezar o fato de que essas são realidades que formam ou se apresentam de maneira não linear. Dada a sua complexidade, há muitos matizes nos interesses que levam essas pessoas, de diferentes classes sociais e ideologias, a comporem um campo de organização econômico que se afirma a partir de uma identidade que busca se contrapor à lógica capitalista.

Ser informal, em uma economia capitalista, entretanto pode trazer muitas limitações ao desenvolvimento de qualquer atividade econômica. Deve-se destacar que ser informal não significa ser automaticamente precário, embora essa condição esteja mais vinculada a essa posição mais fragilizada de acesso aos mercados abertos ou institucionais. Sem uma condição de formalidade juridicamente adequada, o empreendimento passa a ter dificuldades de assumir responsabilidades legais diante de órgãos públicos e privados, o que impõe, portanto, barreiras não triviais para seu crescimento e desenvolvimento sustentável.

A informalidade da economia solidária no Brasil pode ser descrita segundo algumas características marcantes. Ela predomina, em termos relativos, nas regiões Sudeste e Sul do país. É um fenômeno presente em todas as formas de organização dos empreendimentos, com percentuais distintos em que se destacam os empreendimentos associativos e cooperativos, e é encontrado em maior número nos territórios urbanos, exceto para algumas categorias sociais, particularmente a de agricultores familiares, majoritariamente em áreas rurais.

A maior parcela dos empreendimentos econômicos solidários se dedica a atividades de *Produção ou produção e comercialização*. Entretanto, a análise

das atividades separadamente traz informações relevantes para se aprofundar a caracterização da informalidade entre os empreendimentos. Por exemplo, nas atividades de *Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios e Poupança, crédito ou finanças solidárias*, mais de 3/5 dos empreendimentos são formais. No primeiro caso, a maior formalização pode estar relacionada ao desenvolvimento dessas atividades por empreendimentos da Agricultura Familiar. Por outro lado, a informalidade surge de forma marcante entre empreendimentos de *Produção ou produção e comercialização*, apontando para dificuldades ou ausência de interesse em relação à conquista de um registro legal. Empreendimentos formalizados também apresentam um maior número de sócios. Aproximadamente metade dessas unidades econômicas possuem 40 ou mais sócios, ao passo que mais da metade dos informais registram até 19 sócios. Na atividade de *Poupança, crédito ou finanças solidárias*, aquela com maior percentagem de empreendimentos formais, mais de 2/3 dos empreendimentos conta com 40 sócios ou mais, o que pode estar relacionado à própria natureza da atividade.

Os empreendimentos informais aumentaram sua participação no total de estabelecimentos da economia solidária na década de 2004 a 2013, em todas as atividades. Porém, quando se olha para a categoria social a que pertence ou pertencia o sócio ou sócia do empreendimento, as maiores proporções aparecem entre os Artesãos e Desempregados, com mais de 3/5 surgidos nesses últimos 10 anos. Deve-se destacar que o fato de se encontrarem predominantemente em áreas urbanas, nas quais as dificuldades de identificação da informalidade são relevantes, não provoca ou não desafia explicitamente o Estado a atender adequadamente às necessidades desses grupos por meio da formulação de políticas públicas, o que poderia contribuir para a redução da sua alta informalidade.

Com relação à comercialização da produção, os empreendimentos informais mantêm uma relação direta com seu consumidor ou vendem diretamente a outros empreendimentos da economia solidária. No entanto, o local de venda da produção não se altera em função da condição de formalização do empreendimento. Deve-se chamar a atenção para que aproximadamente 2/5 dos empreendimentos que disseram comercializar com entidades governamentais são informais, o que suscita a questão sobre quais os meios e em que condições essa comercialização se viabiliza. Paralelamente à essa reflexão, seria importante avaliar a própria consistência dessa variável na base.

Um dos exercícios importantes desse estudo foi realizado a partir do cruzamento de informações das bases do Sies e da Rais. Pode-se dizer que com

essa primeira incursão sobre bases de dados distintas, abre-se um caminho bastante inovador no sentido de entender a economia solidária, e que poderá suscitar questões e respostas sobre muitas reflexões já realizadas em torno desses empreendimentos, dos seus sócios e, a partir da base da Rais, dos trabalhadores remunerados nesses estabelecimentos. Com esse exercício, foi possível mensurar uma massa de remuneração produzida pelos empreendimentos da economia solidária, abrindo possibilidade de se buscar compreender as próprias condições de faturamento dos estabelecimentos, uma demanda de indicador justificavelmente presente nos vários debates envolvendo os atores sociais e os gestores da economia solidária.

Por fim, o relatório traz dados estatísticos que permitem ampliar o conhecimento sobre a economia solidária como um todo, assim como da informalidade nessas unidades econômicas. Nesse sentido, o Sies pode ser considerado um instrumento fundamental para o conhecimento da economia solidária, pois permite enxergar não apenas as condições econômicas e sociais em que se dá o desenvolvimento econômico dos empreendimentos formais, mas também dos empreendimentos que se encontram na informalidade. Recomenda-se que os resultados revelados nesse trabalho possam ser debatidos pelos atores sociais envolvidos com essa temática, a fim de se buscar outros olhares que auxiliem a compreender mais o fenômeno da informalidade entre os empreendimentos da economia solidária. Por último, também propõe-se a realização de estudos qualitativos que permitam compreender as razões da informalidade para além do que foi possível mostrar por meio dos indicadores construídos para esse relatório.

ANEXOS

ANEXO 1**Número de empreendimentos econômicos solidários segundo condição de formalização**

Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013

Região	Unidade da Federação	Formal	Informal	Total
Norte	Acre	239	102	341
	Amapá	106	222	328
	Amazonas	76	302	378
	Pará	620	738	1.358
	Rondônia	182	56	238
	Roraima	41	39	80
	Tocantins	247	157	404
	Total	1.511	1.616	3.127
Nordeste	Alagoas	114	209	323
	Bahia	516	936	1.452
	Ceará	1.083	366	1.449
	Maranhão	614	224	838
	Paraíba	214	202	416
	Pernambuco	916	587	1.503
	Piauí	416	384	800
	Rio Grande do Norte	763	395	1.158
	Sergipe	44	57	101
Total	4.680	3.360	8.040	
Sudeste	Espírito Santo	367	205	572
	Minas Gerais	395	793	1.188
	Rio de Janeiro	59	242	301
	São Paulo	334	833	1.167
	Total	1.155	2.073	3.228
Sul	Paraná	290	542	832
	Rio Grande do Sul	583	1.113	1.696
	Santa Catarina	488	276	764
	Total	1.361	1.931	3.292
Centro-Oeste	Distrito Federal	75	171	246
	Goiás	555	288	843
	Mato Grosso	359	279	638
	Mato Grosso do Sul	79	215	294
	Total	1.068	953	2.021
Brasil		9.775	9.933	19.708

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

ANEXO 2

Número de empreendimentos econômicos solidários por motivação⁽¹⁾ para sua criação segundo condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013

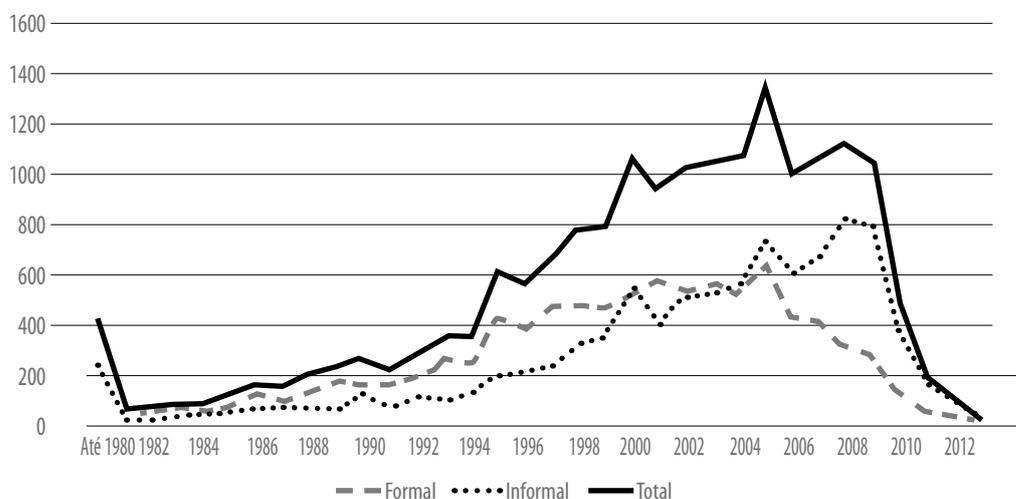
Motivação	Formal	Informal	Total
Uma alternativa ao desemprego	3.856	5.249	9.105
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	4.250	4.220	8.470
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	4.293	5.330	9.623
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	3.924	4.099	8.023
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	1.382	1.445	2.827
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	2.808	1.321	4.129
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	309	292	601
Motivação social, filantrópica ou religiosa	1.950	1.850	3.800
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	3.165	2.481	5.646
Alternativa organizativa e de qualificação	1.765	1.395	3.160
Incentivo de política pública (governo)	1.776	1.337	3.113
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	863	647	1.510
Fortalecimento de grupo étnico	1.015	897	1.912
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	865	742	1.607
Outro	991	899	1.890
Total	9.775	9.932	19.707

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
 Elaboração: DIEESE
 Nota (1): Admite múltipla resposta

ANEXO 3

Evolução do número de empreendimentos econômicos solidários por ano de criação segundo condição de formalização

Brasil, 2009 a 2013



Fonte: MTPS/Senaes.Sies
 Elaboração: DIEESE

ANEXO 4**Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por área de atuação
Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013**

	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Total
Norte	50,1	40,6	9,3	100,0
Nordeste	72,2	19,3	8,5	100,0
Sudeste	29,7	61,0	9,3	100,0
Sul	42,0	42,3	15,7	100,0
Centro-Oeste	53,5	33,2	13,3	100,0
Brasil	54,8	34,8	10,4	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

ANEXO 5**Distribuição absoluta e percentual de empreendimentos econômicos solidários por categorias sociais
Brasil, 2009/2013**

Categoria social	Formal		Informal		Total	
Agricultores familiares	6.504	59,9	4.347	40,1	10.851	100,0
Artesãos	888	25,3	2.628	74,7	3.516	100,0
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	461	36,7	796	63,3	1.257	100,0
Assentados da reforma agrária	616	59,7	415	40,3	1.031	100,0
Desempregados (desocupados)	239	35,4	437	64,6	676	100,0
Catadores de material reciclável	251	41,6	352	58,4	603	100,0
Artistas	61	27,5	161	72,5	222	100,0
Técnicos, profissionais de nível superior	116	60,1	77	39,9	193	100,0
Garimpeiros ou mineiros	9	45,0	11	55,0	20	100,0
Total	9.719	49,6	9.895	50,4	19.614	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

Obs.: Não incluem os casos em que a categoria social não é declarada ou que não se aplica ou não há predominância

ANEXO 6

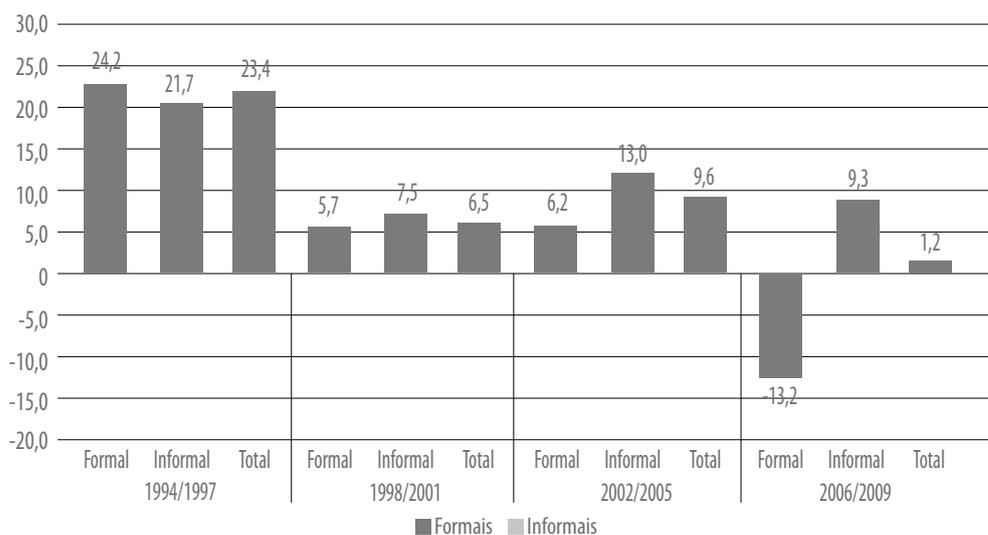
Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal
Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013 (em%)

Atividade econômica principal	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
Comercialização ou organização da comercialização	5,4	6,2	26,9	24,8	13,8	13,3
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	5,3	34,3	12,3	9,5	15,2	20,0
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0,6	2,2	0,8	3,0	0,4	1,7
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	7,7	5,5	8,2	7,3	5,2	6,6
Produção ou produção e comercialização	77,9	49,6	50,9	54,0	61,3	56,2
Troca de produtos ou serviços	3,1	2,2	1,0	1,4	4,0	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

ANEXO 7

Taxa de crescimento médio quadrienal do número de empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização
Brasil, Períodos selecionados (em %)



Fonte: MTPS/Senaes.Sies
Elaboração: DIEESE

ANEXO 8**Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por atividade econômica principal e condição de formalização segundo destinatário final da comercialização**

Brasil, 2009 a 2013

Forma de comercialização	Total		
	Formais	Informais	Total
Venda direta ao consumidor final	45,8	57,3	51,9
Venda a revendedores/atacadistas	28,3	20,4	24,2
Venda a órgão governamental	12,3	7,1	9,6
Venda para empresa(s) privada(s) de produção	8,4	5,4	6,8
Venda a outros empreendimentos de Economia Solidária	3,7	6,7	5,3
Troca com outros empreendimentos solidários	1,4	3,1	2,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Exclui os empreendimentos que declararam outro tipo de comercialização

(b) Apenas as atividades de *Produção ou produção e comercialização* e *Comercialização ou organização da comercialização* possuem variável de venda dos produtos. Admite múltiplas respostas**ANEXO 9****Mediana do número de sócios por empreendimentos econômicos solidários segundo condição de formalização**

Brasil, 2009 a 2013

Atividade econômica principal	Formais	Informais	Total
Troca de produtos ou serviços	40,0	27,5	35,0
Produção ou produção e comercialização	35,0	10,0	20,0
Comercialização ou organização da comercialização	35,0	19,0	25,0
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	35,0	16,0	24,5
Poupança, crédito ou finanças solidárias	241,5	21,0	70,0
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	42,0	32,0	40,0
Total	38,0	15,0	26,0

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

ANEXO 10**Remuneração média real no emprego formal por porte dos estabelecimentos
Brasil, 2013**

Tamanho do estabelecimento	Remuneração média
De 1 a 4	1337,55
De 5 a 9	1587,78
De 10 a 19	1805,87
De 20 a 49	2026,46
De 50 a 99	2274,00
De 100 a 249	2596,70
De 250 a 499	2951,55
De 500 a 999	3141,62
Total	2353,78

Fonte: MTPS/Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Valores deflacionados pelo INPC em R\$ de setembro de 2015

(b) Não inclui a massa e os vínculos da Administração pública

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal no governo federal 2003/2010**. Brasília, 2012. 8 anos de economia solidária no governo federal.

CASTRO, Patricia; KRAYCHETE, Gabriel. **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2012. 152 p.

DIEESE. **A Informalidade e o movimento sindical: uma agenda para o século XXI**. São Paulo, maio 2011. (Nota técnica; n. 99.)

_____. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012. 404 p.

EID, Farid. Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **Revista ORG & DEMO**, Marília, v. 8, n.1/2, p. 47-66, jan./jun./jul./dez. 2007.

GAIGER, Luiz Inácio (coord.); et al. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014. 160 p.

HART, Keith. **Memory Bank: money is an unequal world**. Londres, 2000. Disponível em < <http://thememorybank.co.uk/papers/informal-economy/>>. Acesso em: 25 maio 2015. _____. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The journal of Modern African Studies**. New York: Cambridge University Press, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/159873>>. Acesso em: 26 maio 2015.

IBGE. **Economia informal urbana: 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/>>. Acesso em: 25 maio 2015.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Employment, income and equality**: a strategy to increasing productive employment in Kenya. Geneva, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

KRUPPA, Sonia Maria Portella; GONÇALVES, Alicia Ferreira; MACDONALD, José Brendan (coord.) et al. **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia Solidária**. Brasília: Ministério da Justiça, p. 111, 2012. (Série Pensando o Direito; v. 46).

OIT. **A OIT e a economia informal**: o trabalho digno e a economia informal resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, 2002: estatísticas de emprego no sector informal resolução da 15ª Conferência Internacional de Estaticistas do Trabalho, 1993. 1. ed. Lisboa, 2005. 40 p.

OIT. **Recomendación sobre la transición de la economía informal a la economía formal**. Genebra., 2015 (n. 204). Disponível em: <http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/104/texts-adopted/WCMS_379098/lang--es/index.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

PÁTEO, Felipe Vella. **Sentidos da economia solidária**: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho. 2012. 312 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SOUZA, Maria Cristina Cacciamali. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. 163 f. Dissertação (Doutorado em Economia)- Faculdade de Economia e Edministração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-87326-78-2



9 788587 326782



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Previdência Social

